



RELATÓRIO FINAL
COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
COSMAM

Membros

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino – Presidente

Vereadora Cláudia Araújo – Vice – Presidente

Vereadora Atena Roveda

Vereador Aldacir Oliboni

Vereador Gilvani o Gringo

Vereador Hamilton Sossmeier

2025



APRESENTAÇÃO - COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE – 2025

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM), no ano de 2025, foi composta pelos vereadores: Psicóloga Tanise Sabino – Presidente (MDB); Cláudia Araújo – Vice-Presidente (PSD); Atena Roveda (PSOL); Aldacir Oliboni (PT); Gilvani o Gringo (Republicanos); Hamilton Sossmeier (Podemos). Em momentos específicos, os suplentes Luky Vieira (Republicanos) e Marcelo Sgarbossa também integraram os trabalhos da Comissão.



Como comissão permanente da Câmara Municipal de Porto Alegre, a COSMAM realizou reuniões ordinárias às terças-feiras, cumprindo sua competência de analisar matérias relativas ao Sistema Único de Saúde, vigilância sanitária e epidemiológica, saúde do trabalhador, saneamento básico, proteção ambiental, controle da poluição, preservação dos recursos naturais e planejamento urbano. No decorrer de 2025, foram distribuídos 112 projetos de lei entre seus membros para emissão de pareceres.



A COSMAM somou, ao longo do ano, 39 reuniões ordinárias, 3 reuniões extraordinárias e 4 visitas técnicas, além de conduzir debates fundamentais para o fortalecimento da saúde pública e da proteção ambiental da capital.

No conjunto temático das reuniões realizadas, as pautas mais frequentes trataram de saúde mental, doenças crônicas, estruturação do SUS municipal, condições de trabalho e recursos humanos da saúde, dengue e vigilância epidemiológica, campanhas de saúde (Setembro Amarelo, setembro Verde e Outubro Rosa), serviços de atenção primária, políticas para pessoas com deficiência, meio ambiente e impactos climáticos, além de segurança sanitária, alimentação escolar, prevenção de doenças infectocontagiosas e aspectos estruturais das redes de saúde e assistência.

A Secretaria Municipal de Saúde esteve presente em diferentes ocasiões, especialmente nas Audiências Públicas destinadas à apresentação obrigatória dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA), conforme determina a Lei Complementar Federal nº 141/2012. Nessas audiências, realizadas para apresentação dos 1º e 2º Quadrimestres de 2025, a SMS apresentou dados detalhados sobre produção assistencial, investimentos, reaberturas de unidades atingidas pelas enchentes, indicadores epidemiológicos, cobertura vacinal, mortalidade infantil e materna, atendimento hospitalar, estruturação da rede, entre outros.

Essas audiências têm como finalidade garantir transparência, controle social e acompanhamento do desempenho do SUS municipal. A cada apresentação quadrimestral, a Comissão analisou os números trazidos pela pasta, destacou avanços e apontou desafios, reforçando a função fiscalizadora do Legislativo. Entre os temas abordados nos relatórios apresentados pela SMS, destacaram-se as reaberturas das unidades atingidas pelas enchentes, a ampliação de leitos pediátricos e de UTI, ações da Operação Inverno, indicadores de saúde mental, produção das unidades básicas, SAMU, estratégia de testagem e vacinação, dengue e vigilância ambiental, além da evolução dos investimentos municipais na saúde.

Além das reuniões e audiências, a COSMAM realizou visitas técnicas para fiscalização da rede municipal, sendo em algumas oportunidades, com o Conselho Regional de Medicina (CREMERS), verificando estruturas físicas, capacidade de atendimento, situações emergenciais e condições de trabalho das equipes. As visitas ocorreram:

– Unidade de Pronto Atendimento Moacyr Scliar, para verificar fluxo de atendimento e tempo de espera;



- Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, diante de aumento sazonal de demandas respiratórias;
- Pronto Atendimento do Postão da Cruzeiro
- Pronto Atendimento da Bom Jesus
- Pronto Atendimento do IAPI
- CERTA - Centro de Referência do Transtorno Autista
- Instituto de Cardiologia

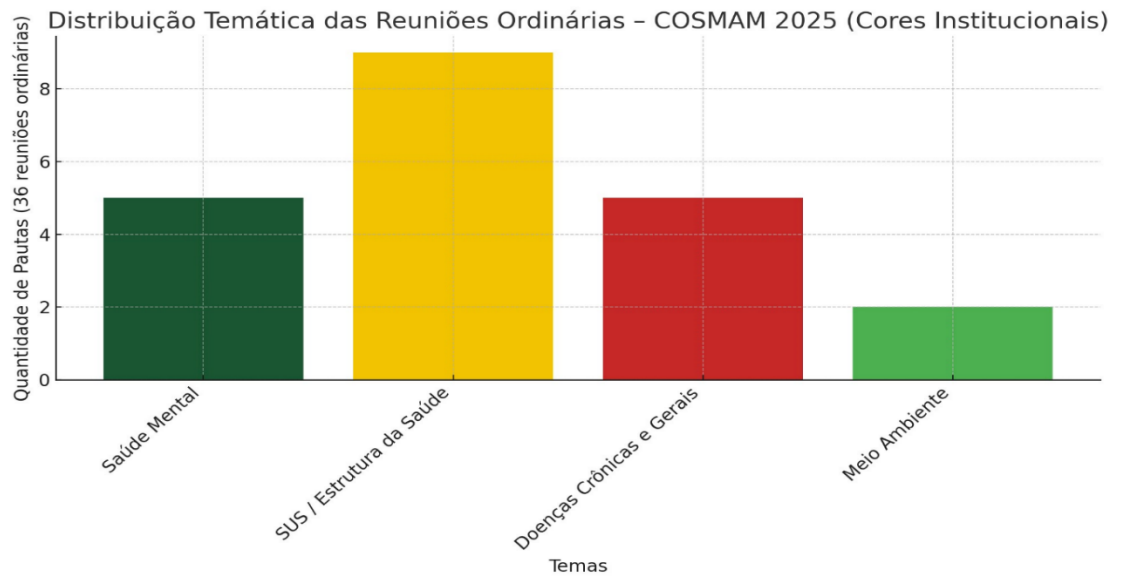
As reuniões sobre saúde mental se destacaram pela recorrência, abrangendo temas como transtornos severos, impactos emocionais pós-enchentes, atendimento infantojuvenil, NR-1, fechamento dos serviços de emergência psiquiátrica do IAPI e PACS. Também foram debatidas doenças crônicas como diabetes, HIV e ELA, além de políticas para pessoas com deficiência e discussões sobre o SUS, campanhas de prevenção e vigilância sanitária. O meio ambiente teve espaço expressivo, saneamento, poluição urbana e um seminário específico sobre meio ambiente, promovido para integrar especialistas, entidades e gestores na busca de soluções sustentáveis e preventivas.

Ao agrupar os temas discutidos ao longo de 2025, percebe-se forte incidência de pautas ligadas à saúde mental, somando 16 ocorrências; discussões relacionadas ao SUS e estrutura da saúde municipal, com 15 registros; pautas de doenças em geral e crônicas, totalizando 8; debates sobre meio ambiente, 6 registros; campanhas de prevenção e promoção em saúde, além de temas gerais de saúde pública e direitos humanos. Esses números refletem o compromisso da Comissão com o acompanhamento contínuo das políticas públicas, especialmente em um ano marcado pela reconstrução pós-enchentes e pela reorganização de serviços essenciais.

Assim, o conjunto das atividades da COSMAM em 2025 mostra uma Comissão atuante, plural, comprometida com o controle social, a fiscalização da gestão e a qualificação das políticas públicas de saúde e meio ambiente. A integração entre vereadores, sociedade civil, gestores públicos e especialistas permitiu ampliar o debate, garantir transparência e contribuir para aprimoramentos efetivos no atendimento à população de Porto Alegre.



Resumo de Atividades



Reuniões Ordinárias	39
Reuniões Extraordinárias	03
Audiências Públicas	02
Visitas	04
Pareceres	98



**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO
(PRESIDENTE)**

Pautas

- 01/04/2025 - Impacto da Resolução 487 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Rede de Atenção Psicossocial: um debate necessário;**
- 08/04/2025 - Autismo em pauta: avanços e desafios;**
- 20/05/2025 - Impactos na saúde mental da população, após 1 ano das enchentes;**
- 15/07/2025 – NR1 e saúde mental no trabalho: o que muda nas organizações?**
- 19/08/2025 - Debate sobre os impactos do encerramento das emergências psiquiátricas IAPI e PACS;**
- 16/09/2025 - Judicialização da Saúde;**



**01/04/2025 - Cosmam discute impactos da Política Antimanicomial na rede de saúde
mental**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) discutiu, na manhã desta terça-feira (01/04), o impacto da Resolução 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na rede de atenção à saúde mental do município. A proponente da pauta e presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), esclareceu que a referida Resolução institui a Política Antimanicomial, que estabelece o fechamento dos hospitais de custódia, já prevista há mais de 20 anos. “No ano passado, nós propomos essa mesma audiência, para tratar deste mesmo tema”, lembrou. Tanise contou que realizou reunião com o secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, e que os pacientes que estavam no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) estão sendo atendidos pela rede municipal de atenção à saúde mental.

De acordo com a proponente, os institutos forenses são destinados a pessoas que cometeram algum crime, mas que se toram inimputáveis em razão de terem transtornos mentais graves. Conforme o tipo de transtorno, esses indivíduos são potencialmente perigosos para a sociedade. “Porto Alegre tem uma demanda bem considerável na área da saúde mental, eu recebo relatos de pessoas esperando dois até três anos para atendimento com um



psicólogo”, disse Tanise, e abriu o debate questionando qual é o impacto de absorver esses novos indivíduos à rede, em um sistema já sobrecarregado.

A psiquiatra e conselheira do Conselho Regional de Medicina (Cremers), Silzá Tramontina, salientou que a Lei Antimanicomial foi necessária para trazer dignidade a essas pessoas que tem transtornos mentais e que cometeram algum crime. “Mas a Resolução 487 é totalmente arbitrária. Nenhum médico psiquiatria foi ouvido para essa Resolução e ela inclusive versa sobre como deve ser o tratamento médico”, sem evidências científicas, segundo ela. A psiquiatra complementou que os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) estão saturados e que as medicações utilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) são ruins e ultrapassadas. “É muito triste trabalhar no SUS, eu trabalhei 24 anos. Porque a gente sabe o que tem que fazer, mas não tem a medicação”, desabafou.

A presidente da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Ana Cristina Tietzmann, explicou que a psiquiatria forense é uma área muito específica, na qual há uma qualificação para se trabalhar com pessoas com transtornos mentais e que cometeram crimes. “Os modelos substitutivos dos hospitais de custódia estão sendo feitos à revelia dos critérios técnicos”, apontou. Ela citou que aqueles que cometem crimes terão gravidades diferentes de transtornos mentais, por exemplo, um serial killer não é igual a um psicótico depressivo. Há ainda aqueles que não respondem aos tratamentos, que, por vezes, demandam medicamentos e abordagens extremamente específicos. Ela salientou que toda essa complexidade, se não atendida, pode representar risco para a sociedade. “A Resolução 487 joga para a saúde pública uma responsabilidade que é do Poder Judiciário”, resumiu.

Representando o Conselho Regional de Psicologia, Maynar Vorga disse que é uma surpresa positiva a Cosmam abordar esse assunto, dada a importância do tema. “A Resolução em si não traz nada de novo, ela só normatiza o que já acontece em nível federal, e define conceitos que já estavam em pauta”, afirmou. Segundo ela, há em torno de 48 mil presos no Estado e cerca de 70 deles estão no IPF, portanto não é um número significativo nem pro sistema penal e nem pro sistema de saúde. “Essas pessoas que estão presas e têm transtornos mentais são 'clientes' do SUS como todo mundo”, advertiu. Em relação à reincidência desse grupo de pessoas, Maynar trouxe a informação de que, no Brasil, ela fica na casa de 0,5%, então é irrisório, em sua visão. “As pessoas nunca ficaram no IPF cumprindo pena perpétua, elas sempre saíram e vão continuar saindo”, ponderou.



Para a diretora de Políticas Penais do Estado, Cátia Lara, “a sociedade vive hoje um momento de muita angústia, diante da violência”, mas que é necessário desconstruir alguns estigmas. De acordo com ela, somente oito pacientes são de Porto Alegre – já que conta o município de origem – e que serão atingidos pela Resolução 487. A coordenadora da Divisão de Saúde da Polícia Penal, Paula Carvalho, corroborou que a maioria das pessoas que passa pelo IPF não está reincidindo, que é necessário mais investimento no conjunto da rede de assistência e que o serviço de moradia assistida – residenciais terapêuticos –, para essa população precisa ser aumentado. “Não é uma questão da rede de saúde, e sim, da rede de assistência social e de habitação, porque essas pessoas precisam morar em algum lugar”, declarou.

A diretora geral do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), Grasielle Schmaltz, contou que quando ingressou no cargo se deparou com situações de ficar realmente chocada, tais como a de um paciente que ficou 12 anos isolado numa cela. Segundo ela, atualmente os surtos não são muito comuns e quando acontecem, é acionado o SAMU e esses pacientes entram por uma internação comum. Completou que tais internos tem além de problemas de saúde mental, outras comorbidades já tratadas pelo sistema público de saúde. “A gente não está falando em inchar ainda mais o sistema de saúde, porque eles já são atendidos pelo sistema de saúde”, desta forma, “não vai inflar o sistema de saúde de Porto Alegre” e pontuou que não há nenhuma medicação criada ou utilizada somente por pacientes do IPF. Por fim, ela elucidou quanto à soltura que “quem desinterna é o juiz da execução”.

Ao final da reunião, a psicóloga e coordenadora da Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental da SMS, Marta Fadrique, informou que serão abertos três novos Caps no município, até julho deste ano, totalizando oito Centros. Nos encaminhamentos, a presidente da Cosmam e proponente da pauta destacou a riqueza do debate produzido pela Comissão. Ficou sugerida uma visita da Cosmam ao IPF e a um residencial terapêutico¹.

¹ Texto: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



O coordenador do Comitê Gestor do Centro de Referência do Transtorno Autista (CERTA), Alceu Gomes Filho, falou sobre a fila de espera do centro, que oferece serviço de saúde gratuito para crianças com autismo. “Temos em torno de 2.700 crianças em fila de espera, crianças que estavam judicializadas passaram na frente por lei, mas sabemos que mães da periferia, mais vulneráveis, sequer têm acesso à judicialização e seguem aguardando.” Em sua fala, exemplificou as divergências clínicas nesses processos judiciais. “Recebemos uma quantidade de determinações judiciais com horas de terapia que, se fosse calcular, a criança não teria tempo para brincar ou ficar com os pais.”

Maria Luiza Gomes Medeiros, diretora da Escola Municipal de Ensino Especial Tristão Sucupira Vianna, relatou as dificuldades enfrentadas pelas famílias da escola que buscam atendimento e acompanhamento especializado. “Para ter esse cuidado maior, a gente tem que ter a saúde muito junto. E hoje a gente não tem, não tem rapidez, não precisa de um diagnóstico rápido, mas precisamos ter onde consultar. As famílias chegam, deixam os documentos no posto de saúde e demora muito, precisamos desse suporte da saúde”, destacou.

A presidente da Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo (AFAPA), Nara Pinheiro, compartilhou seu depoimento como mãe atípica, além de apresentar as atividades desenvolvidas pela entidade, em especial para jovens e adultos. “A gente sabe que o autista adolescente e adulto não tem o que fazer depois que ele sai da escola ou não consegue fazer as terapias. A dúvida é o que fazem esses jovens a partir de 12 e 13 anos?”, questionou.

Rafaela Gonçalves Atanazio, cirurgiã dentista da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, ilustrou propostas de atendimento odontológico humanizado para pessoas com necessidades especiais. “Consiste em disponibilizar dois profissionais especializados, um cirurgião dentista e uma auxiliar em saúde mental, que tenham duas horas do seu atendimento voltado a pacientes com necessidades especiais e saúde mental, incluindo o TEA”, exemplificou.

Nilson Ventura, assistente administrativo da prefeitura de Porto Alegre, compartilhou suas experiências pessoais, principalmente relacionadas à inclusão no cotidiano. “A inclusão para nós que temos TEA começa no núcleo familiar. Muitos pais abandonam seus filhos, muitos dos parentes evitam as pessoas, não entendem quando as pessoas não querem participar, não entendem a situação de estar com muita gente, do barulho, do odor ou situações que alterem a questão sensorial.” Por fim, relatou os desafios de socialização e os estereótipos



relacionados a pessoas autistas. “As pessoas autistas têm uma alta incidência de comorbidades, a principal delas é ansiedade e depressão, em todos os níveis. A tristeza está presente, então aquela ideia de que a pessoa não sente nada, não é verdade”, frisou.

Cristina Correia, representante da Secretaria Municipal de Saúde, esclareceu a atuação do órgão para auxiliar famílias em processo de judicialização. “Se montou um grupo de trabalho para se olhar mais de perto essas ordens judiciais e os prestadores de serviço. Para realmente a gente dar o atendimento que está sendo preconizado e fornecido por ordens judiciais, e entender se essas empresas estão realmente prestando assistências a essas crianças”, sublinhou.

Nos encaminhamentos, ficou estabelecido um pedido para o Executivo para o encaminhamento de um aditivo público ao Centro de Referência do Transtorno Autista (CERTA) para ampliação dos atendimentos. Bem como a criação de um projeto para a destinação de valores da lei orçamentária à instituição².

² Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062)



20/05/2025 - Cosmam aborda impacto da enchente na saúde mental da população



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre tratou na manhã desta terça-feira (20) do impacto da enchente de maio de 2024 na saúde mental da população da Capital. A reunião foi proposta e conduzida pela presidente da comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB). Ela destacou a magnitude do evento e seus impactos em diversos âmbitos, inclusive psicológico, e defendeu a necessidade de reconstrução emocional, além da física: “O RS nunca mais será o mesmo, praticamente todos os municípios gaúchos foram atingidos”.

O coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse da PUCRS, Christian Haag Kristensen, destacou que fatores como perda de moradia, rompimento do apoio social e pressões financeiras aumentam o risco para problemas de saúde mental. Ele afirmou que a enchente configura um trauma coletivo, e que a maior parte das pessoas se comporta de forma resiliente, mas uma parcela da população acaba apresentando sintomas de transtornos mentais após eventos traumáticos: “A exposição ao desastre é um fator de risco para o desenvolvimento de problemas psicológicos importantes”.

Ele ressaltou que mesmo anos após o evento traumático, os transtornos podem persistir em parte da população diretamente afetada: um estudo feito em Nova Orleans, nos Estados Unidos, mostrou que a taxa de problemas psicológicos dobrou após o furacão Katrina. 12 anos após a tragédia, uma a cada seis pessoas permanecia com sintomas de estresse pós-traumático: “Para um grupo significativo de pessoas, os efeitos são de longo prazo”. O pesquisador destacou, ainda, que os problemas de saúde mental associados a um evento como a enchente têm alto custo econômico para a sociedade.



Kristensen informou que existem teorias e protocolos que podem ser aplicados em situações como a enchente, e mostrou o trabalho realizado em Santa Maria, após o incêndio da boate Kiss. Ele descreveu diversas ações de auxílio na área da saúde mental no contexto das enchentes, como o esforço por disseminação de conhecimento e capacitação de profissionais para intervenção em saúde mental, com primeiros cuidados psicológicos: “Temos que ter cuidado para não patologizar o que não é um problema, e sim uma reação natural” a um evento impactante. Também apresentou projetos de pesquisa e de assistência, com a abertura, no segundo semestre, de um ambulatório na PUCRS que irá acolher pessoas impactadas pela enchente, com previsão de 200 atendimentos por mês.

Ecopsiquiatria

A presidente da Associação de Psiquiatria do RS, Ana Cristina Tietzmann, apresentou a perspectiva da ecopsiquiatria, uma investigação de como o ambiente natural e as mudanças climáticas afetam a saúde mental a partir da compreensão da relação entre a mente humana e o planeta e da interdependência entre o ser humano e o ambiente externo: “A divisão entre mente e corpo é algo ultrapassado”.

“Ao mesmo tempo em que avançamos muito em termos de desenvolvimento e bem-estar, estamos perdendo muito da saúde do planeta, em termos ecológicos”, o que fica claro pelo aumento da incidência de eventos climáticos extremos, afirmou Tietzmann. Ela destacou a ansiedade relacionada às mudanças climáticas e apontou a existência do negacionismo: “Muita gente opta por não querer saber, só que isso é pior ainda”.

A psiquiatra afirmou que há diversas evidências de que desastres afetam a saúde mental, e que muitas pessoas podem adoecer um, dois ou três anos após o evento. Tietzmann defendeu a qualificação de recursos humanos para enfrentamento dos desastres climáticos.

Atendimentos após a enchente

Giovana Gomes da Silva, coordenadora da área de regulação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), disse que ainda não há impacto da enchente nos números de atendimentos em saúde mental. Ela ressaltou, todavia, que, conforme a fala dos especialistas presentes na reunião, o aumento pode ocorrer nos próximos anos. Comparando dados atuais com os do período anterior à enchente, houve uma diminuição na procura, devido a problemas de acesso,



como o fechamento de unidades de saúde. Ela também atribuiu a redução a uma negação de problemas.

De acordo com a coordenadora, os dados evidenciam uma migração: há mais pessoas procurando a rede de pronto atendimento, e não os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Na área de internação, os dados não mostram um aumento de pacientes diagnosticados com depressão. Por outro lado, houve aumento nos números de pacientes com lesão autoprovocada. Catia Stein, coordenadora da área de urgência da SMS, afirmou que, em 2024, houve um aumento significativo de atendimentos de emergência associados a álcool e drogas, em especial de pacientes menores de 18 anos. A coordenadora de Atenção à Saúde Mental de Porto Alegre, Marta Fadrique, afirmou que há impacto na área, mas não há evidências de aumento significativo no número de casos de transtorno de estresse pós-traumático. As representantes da SMS destacaram, ainda, que a Prefeitura irá abrir, no segundo semestre, cinco novos Caps³.

³ Texto: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



15/07/2025 - Cosmam debate impactos da NR-1 sobre a saúde mental no trabalho



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre promoveu, nesta terça-feira (15/07), uma reunião para discutir as mudanças na Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que estabelece diretrizes gerais sobre segurança e saúde no trabalho no Brasil. A reunião foi proposta e conduzida pela presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), que destacou o adiamento da obrigatoriedade das novas exigências para maio de 2026. “Esse adiamento implica que as novas exigências não são obrigatórias neste ano, o que reforça a importância de utilizarmos este tempo com inteligência, realizando capacitações, ajustando políticas internas, preparando a equipe, RH, jurídico e lideranças”, afirmou.

Yuri Carvalho Machado, representante da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), apresentou dados globais sobre doenças mentais relacionadas a ambientes de trabalho disfuncionais. Segundo ele, esses transtornos representam a segunda maior causa de adoecimento ocupacional. Ele também explicou como as mudanças na norma serão incorporadas ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conjunto de medidas e ações para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores. “Os riscos ergonômicos terão essa extensão dos riscos psicossociais, que a gente precisa tratar dentro desse programa”, explicou.



Francisco Lumertz, representante da Selcon Consultores Associados, abordou os desafios envolvendo saúde mental e produtividade. “Número não tem sentimento, número gera sentimento. E aí começa o nosso cérebro a fazer uma confusão em relação a essas questões, porque quando um número está ruim, não quer dizer que a pessoa está ruim, mas o ser humano incorpora esse resultado à sua prática e muitas vezes uma distorção da realidade”, exemplificou. Raúl Rosário, consultor de gestão de pessoas do Instituto Vida e Trabalho, reforçou a importância das normas como medida de promoção da saúde pública e não apenas por um viés fiscal nas empresas. “Muitas empresas estão mais preocupadas com a lei do que com a saúde mental do trabalhador. Uma coisa é estar preocupado com o fiscal que vai começar a chegar nas empresas. E outra coisa, efetivamente, é estar preocupado com a saúde mental do trabalhador”, observou.

Janine Monteiro, professora de psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), reforçou os impactos entre a vida pessoal e profissional. “Nós somos um sujeito só, tudo que acontece no meu trabalho vai interferir na minha vida pessoal e tudo que acontece na minha vida pessoal vai interferir no meu trabalho. É muito importante entender que tudo que está acontecendo na minha vida vai interagir com o meu trabalho”, defendeu.

Suzana Reis Coelho, representante da Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação Funcional da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, apresentou o trabalho de assistência e apoio à saúde mental dos servidores do município. “Somos um serviço de portas abertas. Qualquer servidor, a qualquer momento, pode solicitar. As chefias também nos buscam bastante, nós fazemos rodas de conversa com equipes e assessoria gerencial.” Também destacou os programas voltados à acessibilidade de servidores PCDs. “Estamos qualificando esse ingresso para que a pessoa possa realmente ter as condições adequadas de trabalho e dos processos”, esclareceu.

Artur Eduardo Alfaro, secretário-adjunto de Administração e Patrimônio de Porto Alegre, ressaltou a abordagem multidisciplinar adotada para tratar da pauta. “Essa questão do assédio, da doença ocupacional, do problema de saúde mental, nós vemos como multidisciplinar o enfrentamento que tem sido dado. Por isso, vieram servidores de todos os quadros, das mais diversas equipes”, afirmou. Por fim, defendeu a importância da prevenção e da educação sobre o tema. “A lei por si só não garante o ambiente de trabalho positivo e não tóxico. Aí entra a informação e a prevenção”, concluiu.⁴

⁴ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)

19/08/2025 - Cosmam discute fechamento de emergências psiquiátricas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta terça-feira (19/8) os impactos do encerramento das emergências psiquiátricas do Plantão de Emergência em Saúde Mental IAPI e do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS). A reunião foi proposta e conduzida pela presidente da comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), que levantou questionamentos sobre os novos procedimentos de atendimento após o fechamento das unidades: “O que fazer diante de uma crise às 2h da manhã? Ou em uma crise no final de semana? Para onde essas famílias vão poder recorrer? Quais Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) vão ficar abertos 24h?”.

O representante do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Ricardo Nogueira, ressaltou a importância do atendimento especializado oferecido nas emergências psiquiátricas: “A emergência é uma necessidade para os casos agudos. E o CAPS não tem essa capacidade, médico-psiquiatra atende até as 19 horas no máximo e a emergência tem médicos 24 horas.” Também defendeu a manutenção e ampliação dos serviços emergenciais.



Ana Cristina Tietzmann, representante da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul (APRS), chamou atenção para a estrutura das emergências clínicas no atendimento psíquico: “Não é qualquer médico que vai trabalhar em emergência psiquiátrica. Então, não é em qualquer lugar que a gente vai ter uma estrutura adequada e com segurança para os pacientes e para as equipes.” Também alertou para os riscos da exposição inadequada dos pacientes em surto psíquico em emergências clínicas. “Um paciente em surto psicótico acaba se expondo, porque ele vai estar com um comportamento totalmente alterado. Como vai ser uma paciente psicótica, delirante, gritando na frente de outros pacientes clínicos? Como essa equipe vai ficar tranquila para atender as emergências clínicas se você tem um paciente psicótico gritando 24 horas, que não cede?”, questionou.

Helvio Corrêa, representante do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), defendeu o investimento na qualificação das equipes para o atendimento em saúde mental. “Fala-se muito em abrir CAPS, em abrir estruturas que levam tijolo, argamassa, e não se fala em estruturação da equipe. Uma equipe que não é estruturada provoca o sofrimento do médico. E também, ao estar nessa situação, compromete o atendimento na urgência”, destacou.

Outro modelo

O secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, reafirmou o compromisso da gestão de oferecer um serviço especializado e de qualidade à população durante a transição do modelo de atendimento. “Nós não vamos fechar emergências. Nós vamos transformar as emergências psiquiátricas em um outro modelo.” Ele apresentou o novo modelo de atendimento para emergências psiquiátricas, voltadas para um atendimento conectado com outras especialidades. “As emergências, muitas vezes, para separar um infarto de uma ansiedade, precisam de um serviço conectado, precisam ter um serviço onde se olha o paciente no biológico e na parte de saúde mental”, salientou.

Nos encaminhamentos, ficou definida a realização de uma nova reunião extraordinária da comissão para ampliar o debate acerca do tema, além da criação de um grupo de trabalho de monitoramento e acompanhamento do projeto. Os parlamentares também sugeriram uma audiência pública aberta à comunidade e pediram que a implementação do novo modelo de atendimento seja adiada⁵.

⁵ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



16/09/2025 - Judicialização da Saúde



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou debate hoje (16/9) sobre a judicialização da saúde na Capital. A proposta foi da presidente da comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

A vereadora destacou a importância da judicialização para garantir os direitos da população, mas salientou que o processo tem alto custo para a cidade: “A judicialização é uma forma de garantir o direito constitucional à saúde, mas pressiona o orçamento do município. A judicialização de remédios e tratamentos ocorre quando o Sistema Único de Saúde (SUS) não atende as necessidades do paciente. Às vezes, até mesmo tratamentos em planos de saúde são judicializados”. Ainda ressaltou que muitos casos de judicialização são para garantir o tratamento de pessoas com necessidades especiais, como pessoas com transtorno do espectro autista.

A coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, Maria Inês Flores, criticou o sistema de saúde que obriga pessoas a ir atrás do Judiciário para ter seus direitos assegurados: “Não deveria ser preciso judicializar para conseguir um tratamento previsto em lei. É necessário corrigir este processo. Estamos rasgando dinheiro público e perdendo tempo”.

O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias, defendeu que o problema deve ser resolvido antes que gere mais custos para a sociedade: “Nós vamos ter uma população cada vez mais velha, então é fundamental a gente solucionar esse



problema porque, se não, no futuro vai ser ainda mais custoso. Custo este que não deveria existir”.

Desafios

Guilherme Henrique de Souza, defensor público do Estado do Rio Grande do Sul, observou que a judicialização não é um problema, mas uma resposta do cidadão ao ter seus direitos negados. “Muitas vezes se fala em judicialização como se fosse algo negativo, um problema a ser resolvido. Quando a defensoria judicializa um processo, é porque uma pessoa necessitada veio atrás da gente para ter seus direitos. Lutar pelos seus direitos não é errado.”

Juliana Cucchiarelli, procuradora geral adjunta de Porto Alegre, afirmou que todos os níveis do poder público estão sobrecarregados na área da saúde e que está cada vez mais difícil conciliar os gastos maiores com uma arrecadação estagnada. “A gente tem um déficit histórico no atendimento à saúde que é muito difícil de conter no município, mas também no estado e na União, especialmente com uma pandemia seguida de uma enchente, que aumentaram os gastos do município”, explicou.

A procuradora municipal de Porto Alegre Caroline Lengler destacou que o transtorno do espectro autista é o principal motivo para judicialização de tratamentos e que a cidade não tem dado conta da demanda. “Sempre houve uma demanda judicial. Porém, desde a pandemia e a criação do Código Internacional de Doenças (CID) para o transtorno do espectro autista em 2022, houve um aumento exponencial dos pedidos de judicialização porque o sistema da cidade não conseguiu e ainda não consegue lidar com esse aumento”.

A diretora geral da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Fernanda Fernandes, afirmou que há uma escassez de terapeutas ocupacionais num mundo cada vez mais necessitado desses profissionais. “Fechou o único curso de terapeuta ocupacional, que era no IPA. Hoje a gente não forma mais esses profissionais. Agora abriu na Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), mas vai demorar para formar uma turma. Como vamos solucionar o problema sem mão de obra?” Ela informou que a SMS está trabalhando com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para a criação de um curso de neuropediatria para qualificação da rede pública. “Estamos desenvolvendo uma parceria com a PUCRS para poder qualificar nossos profissionais que estão na base do sistema de saúde”, salientou⁶.

⁶ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO
(VICE-PRESIDENTE)**

Pautas

- 11/03/2025 – Instituto de Cardiologia;**
- 13/05/2025 – Atendimento oftalmológico no município;**
- 01/07/2025 – ELA - Esclerose Lateral Amiotrófica;**
- 23/09/2025 – Setembro Amarelo e setembro Verde;**
- 07/10/2025 – Outubro Rosa;**
- 11/11/2025 – Marmitas: um olhar para o PLL 403/24;**



11/03/2025 - Cosmam trata da recuperação financeira do Instituto de Cardiologia



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre apresentou nesta terça-feira (11/03) as atividades do Instituto de Cardiologia após a homologação do plano de recuperação judicial da Fundação Universitária de Cardiologia (FUC). A reunião foi conduzida pela presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), e foi proposta pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

A proponente da pauta relembrou as dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade pela falta de recursos e dívidas da instituição. “O momento mais crítico do Instituto, no qual eles estavam sem conseguir pagar seus funcionários, as cirurgias chegando e não podendo ser executadas pela falta de recursos e equipamentos”, afirmou. Além disso, ressaltou a relevância do hospital para a saúde do município e do Estado. “Hoje, praticamente 60% dos atendimentos do Instituto são de fora do Estado, então o assunto é muito sério, por isso, quando a gente fala que a saúde é tripartite, falamos desse suporte necessário, tanto federal quanto estadual e municipal”, salientou.



O vice-presidente do Instituto de Cardiologia, Gustavo Glotz de Lima, apresentou a infraestrutura do hospital e os números de atendimentos do último ano. “O Instituto nasceu em 1966 e abriu suas portas em 1969, com uma filosofia baseada no tripé ensino, assistência e pesquisa. Ao longo de todos esses anos, a Fundação Universitária de Cardiologia administrou mais de um hospital e atualmente, devido às crises que ocorreram, teve que reduzir a sua atuação”, contou. Em sua fala, reforçou o compromisso da atual diretoria em continuar prestando um serviço de excelência e qualidade à comunidade. “A atual direção assumiu o forte compromisso de tentar tratar do coração do Instituto de Cardiologia, para que pudesse continuar tratando do coração do nosso povo”, afirmou.

O superintendente do Instituto de Cardiologia, Leandro Gomes, expôs a atual situação financeira da instituição após o acordo de recuperação judicial firmado no último ano. “O fechamento do ano de 2023 ficou em R\$ 97 milhões negativos. Nenhuma instituição consegue sobreviver com um déficit desse tamanho. A partir da entrada da recuperação judicial e da repactuação das dívidas tanto bancárias, trabalhistas e de fornecedores, além das mudanças estruturais do Instituto, o resultado de 2024 ainda não é o melhor, mas reduziu muito o nosso déficit. Passamos de R\$ 97 milhões para R\$ 24 milhões de reais (negativos)”, explicou.

O Coordenador da Procuradoria de Fundações do Ministério Público, Ruben Giugno Abruzzi, explicou a atuação do órgão no auxílio e fiscalização das fundações no Estado. “No âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, temos um modelo único de atuação no Brasil, temos uma curadoria de fundações onde o controle dos atos administrativos das 270 fundações do nosso Estado ficam centralizados na Capital”, esclareceu. Por fim, frisou a importância do acordo para evitar o fechamento do hospital. “Junto dessa recuperação judicial, veio uma série de medidas que, hoje, tornam o Instituto de Cardiologia viável”, finalizou.

O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias, parabenizou a continuação do trabalho na instituição mesmo após as diversas crises enfrentadas. “Todos nós ou alguém muito próximo necessitará do Instituto de Cardiologia. Portanto, quando houve o boato do potencial fechamento do mesmo, causou uma enorme preocupação, a saúde do instituto reflete diretamente na saúde da população”, realçou.

O secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, reafirmou o compromisso do Executivo em todo o processo de recuperação do hospital. “A missão era manter vivo o hospital, a gente passou por momentos tensos, o hospital corria sim o risco de fechar, mas não íamos em hipótese alguma permitir o fechamento”, garantiu. Também enfatizou a atuação do Ministério da Saúde para evitar a falência. “Contamos com a ajuda do Ministério da Saúde,



que foi muito importante nesse processo, eles aceitaram a proposta do município de Porto Alegre de aumentar o teto, pois existia um déficit, e ainda existe a necessidade de corrigir a tabela SUS que não é corrigida há anos”, explicou.⁷

⁷ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição - Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



13/05/2025 - Cosmam aborda desafios do atendimento oftalmológico na Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta terça-feira (13/5) o atendimento oftalmológico na rede municipal de saúde. A reunião foi proposta e conduzida pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), que destacou as longas filas de espera e a demora no atendimento especializado. “O paciente que vai numa emergência precisa muitas vezes ir até uma unidade de saúde para ter o código para seguir o seu procedimento. E na grande maioria das vezes isso demora muito: temos casos de pessoas que ficaram ou estão ficando cegas em função da demora”, salientou.

Maximiliano Marques, diretor de relações institucionais do Hospital Banco de Olhos São Pietro, ressaltou os desafios no atendimento de casos mais graves e específicos: “Acesso à refração e à lente é importante, mas sabemos que ofertar uma solução completa também é. Todo mundo se candidata a fazer óculos e lentes, mas quando encontra um glaucoma, uma retinopatia, degeneração macular, ninguém se habilita para isso.” Ele também apontou a falta de repasses financeiros como um dos principais obstáculos para a diminuição nas filas de espera. “Os recursos são destinados mais para o que é frequente e comum, enquanto aquilo que é altamente especializado não tem aporte suficiente”, ilustrou.

Olga Fredo, representante do Conselho de Saúde Ipanema, relatou que muitos moradores da localidade estão abandonando o tratamento por conta da demora: “As consultas simples de oftalmologia estão demorando dois anos e os pacientes estão desistindo dos atendimentos.” Também descreveu situações graves vividas pelos moradores idosos. “Ouvi o relato de uma senhora que preferia ficar cega a esperar dois anos por uma consulta”, contou.

Marcelo Debastiani, representante da Prisma Clínica de Olhos, também destacou como a falta de recursos financeiros tem impactado a demanda de atendimentos. “Se tiver recurso, temos capacidade de fazer mais de 800 cirurgias de catarata por mês, 100 cirurgias de pterígio e 50 vitrectomias. Com mais recursos, teríamos capacidade de ajudar a população para não ficar tanto tempo esperando por uma consulta”, frisou.



Cristina Correa, representante da Secretaria Municipal de Saúde, explicou como o envelhecimento da população tem contribuído para o acúmulo de pacientes nas filas de triagem visual, já que muitos retornam ao sistema mesmo após a consulta inicial: “Acaba não reduzindo nunca, porque o paciente faz a consulta e retorna para essa mesma fila daqui a seis meses ou um ano para revisão”. Também afirmou que a unificação da fila de atendimentos oftalmológicos dos níveis estadual e municipal contribuiu para o aumento no tempo de espera: “Essa unificação traz todos os pacientes com solicitações para o nosso município. Essas solicitações, sendo mais antigas e com a mesma gravidade, entram antes do que nossos munícipes”.

Nos encaminhamentos, ficou estabelecido um pedido de informação para a Secretaria Estadual de Saúde referente à fila de espera de pacientes oriundos de outras localidades que aguardam atendimento no município. Os parlamentares também irão formular um documento institucional da comissão reforçando o apoio para maior destinação de recursos e contratação de serviços para o sistema municipal. Por fim, foi definido o agendamento de duas visitas à Prisma Clínica de Olhos e ao Hospital Banco de Olhos São Pietro⁸.

⁸ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



01/07/2025 - Reunião da Cosmam debate sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica



A Comissão de Saúde e Meio e Ambiente (Cosmam) realizou reunião, na manhã desta terça-feira (01/07), cujo tema foi a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). A presidente da Cosmam, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), abriu os trabalhos e passou a palavra para a proponente da pauta, vereadora Cláudia Araújo (PSD). Ela salientou a importância de ampliar o atendimento em saúde nesta área e que esta é uma doença rara, que afeta a autonomia e a qualidade de vida dos pacientes, pois atinge o sistema nervoso de forma degenerativa e progressiva e acarreta paralisia motora irreversível. “São histórias marcadas por uma luta diária, muitas vezes invisibilizada, e é justamente aí que os agentes públicos tem um papel fundamental”, apontou a proponente.

A presidente da Associação Regional da Esclerose Lateral Amiotrófica (Arela), a fisioterapeuta Leila Ortiz, explicou que a ELA não tem cura, mas tem tratamento, que ajuda a amenizar os sintomas da doença, e que inclusive prolonga a sobrevivência dos pacientes. “Vale a pena a gente conseguir levar para esses pacientes um tratamento mais adequado”, afirmou. Criada em 2005, a Arela ajuda pacientes com ELA e seus familiares, além de promover cursos e capacitações para cuidadores e profissionais que trabalham com a doença. Todos na Arela



são voluntários. A instituição estima que há pelo menos 800 pessoas com ELA no Estado e 326 são cadastradas na Arela.

A professora Marta Cunha cuidou do marido com ELA, diagnosticado em 2014. “Ele perdeu o movimento das mãos, das pernas e em seis meses ele foi para uma cadeira de rodas”, contou. Elogiou o apoio da Arela: “eu fiz cursos na Arela de cuidador, participei de simpósios” e que isto a incentivou a continuar lutando e a instruiu sobre a doença. Marta relatou a batalha dela com o marido no tratamento da ELA, a negligência dos planos de saúde e o desconhecimento dos próprios médicos em relação à doença. “Isso não pode acontecer em nível de município, de Estado e de Brasil. Se não fosse a Arela, meu marido – falecido há sete anos – teria morrido muito antes”, criticou.

O médico neurologista do Hospital de Clínicas e do Hospital Moinhos de Vento, Pablo Winckler, explicou que a ELA é uma doença neurodegenerativa, que não tem uma causa específica, ela pode ser genética, mas na maioria das vezes, é esporádica. “Pela morte do neurônio motor, o nosso músculo começa a degenerar”, esclareceu, e então se perde a força dos músculos, da capacidade de falar, engolir, mastigar e até respirar. Apontou também que a doença não necessita só de medicamentos, precisa de um tratamento multidisciplinar, “é importante que o paciente tenha, por exemplo, ferramentas para conseguir se comunicar”, disse. Para Winzeler, falta um protocolo que guie os profissionais que atuam no tratamento da ELA, além disso, “é fundamental a gente ter políticas públicas que cuidem dessas pessoas”, acrescentou.

O neurologista também elucidou os primeiros sintomas da ELA, tais como sinais de fraqueza em diferentes partes do corpo, o que pode variar muito de um paciente pra outro. Chega-se ao diagnóstico normalmente por exclusão. Pontuou ainda que, mesmo com a investigação adequada, “entre o paciente começar a ter os sintomas e chegar ao diagnóstico, leva cerca de um ano”. São necessários exames de imagem e laboratoriais, além de avaliação clínica.

O secretário de Saúde, Fernando Ritter, disse que há uma linha de cuidado do município para os pacientes com ELA. Atualmente, são 157 pacientes em tratamento, 47 usam medicamentos via SUS, e 12 precisam de processo de ventilação respiratória, com a equipe Melhor em Casa, que atende os pacientes em suas residências. “Não é fácil chegar ao diagnóstico de esclerose, que pode ser confundido com outras doenças musculares”, ponderou. Conforme dados epidemiológicos trazidos pelo titular da Saúde, a cada 100 mil pessoas, tem de um a dois casos de esclerose. “O poder público em Porto Alegre está acompanhando esse processo e ele trata em nível terceirizado”, nos hospitais Santa Casa, São



Lucas da PUCRS e Hospital de Clínicas. “A gente precisa muito evoluir no atendimento da rede primária de saúde”, admitiu o secretário, visando ao diagnóstico precoce, pois em média, na saúde pública, leva-se cinco anos para chegar ao diagnóstico.

A reunião também teve o relato de Sandra Ramalho, cuja neta de 20 anos foi diagnosticada com ELA, e a filha também teve a doença, vindo a falecer. Sua neta não está mais tendo deglutição, nem conseguindo respirar direito. “É como estar assistindo novamente a um filme de terror, eu não desejo isso nem pro meu pior inimigo”, desabafou. A Arela que lhe forneceu o remédio, bem como o BiPAP (Bilevel Positive Airway Pressure) – aparelho para auxiliar na respiração –, pois via município, sua neta foi classificada como um caso sem prioridade. Sandra reiterou que a ELA não tem visibilidade e nem conhecimento por parte dos próprios médicos, a ponto de ela chegar ao posto de saúde e o médico perguntar o que era ELA. “Ver a tua neta perder 20 quilos em um mês, ver ela não poder comer o que ela gosta. Eu perdi uma filha com ELA e agora eu estou perdendo minha neta”, concluiu.

A proponente da pauta sugeriu que o posto modelo tenha a capacitação de profissionais para o atendimento na área da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). Também que seja estabelecido um protocolo que determine prazo para iniciar o tratamento da doença. Além disso, Cláudia falou da criação de um “cordão” que identifique as pessoas com ELA e suas restrições.

O secretário de Saúde se disponibilizou a marcar uma reunião com os membros da Arela, a fim de trazer os casos específicos de pessoas que não estão conseguindo pelo município tratamento e ventilação. Ele garantiu que todos os casos aprovados levam menos de 30 dias para conseguir o tratamento adequado⁹.

⁹ Texto: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)

23/09/2025 - Cosmam aborda doação de órgãos e prevenção ao suicídio



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu nesta terça-feira (23) para tratar do Setembro Amarelo e do Setembro Verde, campanhas de prevenção ao suicídio e de conscientização sobre doação de órgãos, respectivamente. A pauta foi proposta e conduzida pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Setembro Amarelo

Adriana Costa, voluntária do Centro de Valorização da Vida (CVV), defendeu que “é necessário quebrar o silêncio e falar sobre suicídio” e destacou que amarelo é a cor de alerta. Afirmou que o suicídio deve ser considerado como um problema de saúde pública e ressaltou que a comunidade e a família são afetadas pela vida perdida. Disse que a abordagem do CVV é a da disponibilidade de escuta 24h por dia: “Funcionamos como um pronto-socorro emocional. Não substituímos terapia nem atendimento médico”.

“A gente precisa de rede organizada e de equipe qualificada que faça acolhimento. A prevenção ao suicídio é permanente, diária”, afirmou Danara Dall Agnol, coordenadora de dois Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) e de leitos de saúde mental do Hospital Santa Ana. Ela informou que a rede de atenção psicossocial trabalha com as



perspectivas de cuidado em liberdade e de redução de danos. Também alertou para a invisibilidade do adoecimento mental e destacou a importância da escuta ativa.

A coordenadora da área de atenção à saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Marta Fadrique, defendeu a importância do trabalho em rede e de um cuidado comunitário e territorializado na atenção psicossocial. Disse que transtornos de saúde mental são equiparados a doenças crônicas: “É um sofrimento que retorna, que tem momentos difíceis e de melhora. Ter um diagnóstico de saúde mental não significa estar o tempo todo doente”. Priscila Moreira, da Vigilância em Saúde da SMS, apresentou dados e informou que o suicídio é uma causa significativa de mortes na faixa etária entre 15 e 39 anos na Capital. Afirmou que há estabilidade nos números de suicídios no período entre 2021 e 2024. Disse, ainda, que cerca de um terço das notificações de violência são de autoagressão e tentativas de suicídios.

Epidemia na segurança pública

Mariana Pires, psicóloga da Asasepode (associação de servidores da segurança e de pessoas com deficiência), disse que “quem protege também precisa de proteção”. Afirmou que a saúde mental é um dos principais desafios da área de segurança pública: “Não há segurança se a gente não cuida daqueles que nos protegem”. Alertou que o número de suicídios na Brigada Militar supera o de mortes em combate e afirmou que dados da Susepe mostram um crescimento significativo de atestados por saúde mental: “O RS está vivendo uma epidemia dentro dos órgãos de segurança pública”.

A psicóloga Andréa Beheregaray, que trabalha com servidores da área de segurança, concordou com o diagnóstico de uma epidemia de problemas de saúde mental na categoria. Ressaltou a existência de um estigma na Brigada Militar contra policiais que buscam atendimento para questões de saúde mental. Alertou que o trabalho na área tem uma série de fatores complicadores: “A violência a que eles estão expostos é terrível. O policial está sempre em alerta. Não há saúde mental que dê conta”.

Doação de órgãos

Lúcia Elbern, representante da Viavida (ONG pró-doações e transplantes), salientou que campanhas de conscientização provocam um crescimento no número de doadores. “Nunca sabemos quando vamos estar no papel de receptor ou de doador. Tornar-se doador é a possibilidade de se tornar um herói, de salvar até oito vidas”, ressaltou. Ela disse que Porto Alegre e o RS se destacam entre os principais centros transplantadores do País. Informou que, neste momento, há no estado quase 3.000 pessoas na lista de espera por doação de órgãos.



A médica Fernanda Bonow, que trabalha com doação de órgãos, disse que “o transplante é uma nova chance, algo que muda a vida das pessoas”. Afirmou que é um tratamento eficiente, com custo muito menor do que opções como a diálise e com aumento de qualidade de vida. Destacou o trabalho com famílias para viabilizar a doação de órgãos em casos de morte encefálica e apresentou a logística de transplantes. “Nosso trabalho é 24h por dia, porque sempre é urgência”, afirmou.

A coordenadora do serviço de doação de órgãos do Hospital de Pronto-Socorro (HPS), Joema Ferrer, destacou que o HPS tem “resultados muito bons. Nossos números de negatividade familiar e de doações efetivadas são muito melhores” em relação à média nacional. Ela informou que há mais casos em que a doação não se efetiva por negativa familiar do que por contraindicação médica. Também destacou a importância de uma abordagem bem feita por uma equipe preparada para evitar que a família rejeite a doação. Ressaltou que o RS era líder no País em transplantes, mas foi superado por outros estados, como Paraná e Santa Catarina, que investiram na área.

Nelson Kalil, transplantado cardíaco, destacou que sua operação completou 14 anos recentemente: “Estou vivo aqui por causa disso. Não sei quem foi meu doador, mas sei que a sua família tem alto valor, pois possibilitou que eu e mais sete pessoas tivessem uma segunda chance. Não existe nada mais importante do que poder dar a vida para alguém”. Afirmou que o Brasil é uma referência mundial em transplantes: “Este programa funciona espetacularmente bem neste País. Talvez a única coisa que a gente precise aprimorar seja a doação de órgãos”. Ele pediu uma alteração na legislação para que todas as pessoas passem a ser consideradas doadoras, desde que não manifestem posição contrária em vida¹⁰.

¹⁰ Texto: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



07/10/2025 - Cosmam debate prevenção ao câncer de mama



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou debate hoje (07/10) sobre políticas públicas para a prevenção do câncer de mama na cidade. A proposta foi da vereadora Cláudia Araújo (PSD) e a reunião foi conduzida pela presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB). A proponente trouxe dados de casos e de mortalidade do câncer de mama no Brasil e, após, levantou a importância da prevenção na área da saúde da mulher. “Não é só Outubro Rosa, o ano inteiro tem que ser rosa. Todo mês a mulher tem que se cuidar, fazer exames e se precaver”, apontou. Rita Cunha, diretora-executiva do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama), destacou a importância de conscientizar a população. “O exame frequente é fundamental, pois é possível reconhecer o câncer cedo e logo tratá-lo. Para isso, a gente precisa de letramento dos pacientes, a mulher precisa saber os riscos que ela corre e como se prevenir”, disse. A diretora do Imama lembrou o tema da instituição para o Outubro Rosa de 2025: “Transforme o autocuidado em rotina”, para pedir às mulheres que se cuidem durante o ano todo.

Andrea Damin, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia Regional Sul e chefe do Serviço de Mastologia do Hospital de Clínicas, disse que Porto Alegre deveria ter um hospital específico voltado a mulheres para facilitar a prevenção do câncer de mama. “O certo



seria a gente ter uma Casa da Mulher, assim como em Goiás, para que a mulher vá lá uma vez e já saía com os resultados de exames prontos e, se necessário, atendimento para iniciar tratamento. Não dá para continuar como hoje em dia, que a mulher vai várias vezes ao hospital até ter o resultado”, pontuou. Ela ainda parabenizou a decisão recente do Ministério da Saúde de garantir o acesso à mamografia a partir dos 40 anos; anteriormente o exame era garantido a partir dos 50 anos.

Lauriana Nardini, assistente social da Associação de Apoio a Pessoas com Câncer (Aapecan), afirmou que muitas pessoas com câncer, não só de mama, deixam sua saúde de lado para priorizar o trabalho, pois não tem condições de conciliar o tratamento e o emprego. “Muitas vezes as pessoas deixam a saúde de lado para trabalhar. Este é um dos principais problemas no combate ao câncer”, disse. Fernanda Pupe, psicóloga supervisora da Aapecan, defendeu a importância de uma rede de apoio forte durante o tratamento do câncer. “Nós temos 15 psicólogos que trabalham diretamente no apoio aos pacientes. O cuidado de outros para com uma paciente de câncer é fundamental. Uma rede de apoio pode fazer toda diferença no tratamento de uma pessoa”, afirmou.

Maria Inês Flores, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, reforçou a necessidade do autocuidado no combate ao câncer de mama. “Gostaria de lembrar que as mulheres são mais cuidadoras, acabam cuidando muito da família e esquecem de si. Gostaria de lembrar que há outros tipos de câncer que acometem as mulheres. Porto Alegre é a Capital com maior índice de câncer no sistema digestivo, por exemplo”, reiterou.

Rosa Vilarino, da Área Técnica da Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, divulgou, com auxílio de apresentação de slides, dados sobre câncer de mama e como funciona o atendimento às pacientes no sistema de saúde público municipal. “O câncer de mama é a terceira neoplasia (tumor) que mais mata mulheres em Porto Alegre, já foi a primeira e, hoje, não é mais. Se a gente fizer o recorte apenas para mulheres em idade fértil, o câncer de mama se torna a neoplasia que mais mata na cidade”, esclareceu. Após questionamento do vereador Aldacir Oliboni (PT), Rosa salientou que não é necessário o encaminhamento de um ginecologista para realização de mamografia, sendo suficiente o encaminhamento de um médico do atendimento primário.¹¹

¹¹ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



11/11/2025 - Cosmam debate projeto de lei que regulamenta distribuição de marmitas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu hoje (11/11) para debater sobre o projeto de lei nº 403/24, de autoria da vereadora Comandante Nádia (PL), que trata da regulamentação da distribuição de alimentos a pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social em Porto Alegre. A presidente da Cosmam, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), abriu os trabalhos e passou a palavra à vice-presidente da Comissão e proponente da pauta, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

A proponente afirmou que o município não pode proibir as pessoas de distribuírem marmitas, destacando que a única forma de isso acontecer é através de políticas públicas que acabem com a fome. “Ninguém quer tirar o direito das pessoas de comer, mas a gente precisa construir regras para a distribuição de alimentos na cidade. Óbvio que ninguém quer ter que distribuir comida na rua, a gente quer políticas públicas que atendam essas pessoas. Porém, não dá pra proibir a distribuição de alimentos para essa população da noite pro dia sem nenhuma política pública”, disse.

A prefeita em exercício e autora da proposição, Comandante Nadia, explicou que a intenção do projeto é organizar a distribuição de alimentos na cidade, não proibir. “As entidades, ONGs, pessoas independentes e todo mundo que queira ajudar são fundamentais para ajudar a alimentar a população de rua. Nós não queremos proibir, o que queremos é regulamentar para o poder público poder saber onde e quem está distribuindo. Assim, a



Prefeitura consegue se organizar e organizar as entidades para abranger o máximo de pessoas em necessidade. A intenção do Executivo não é burocratizar, é organizar”, apontou. Nádia ressaltou que tirou o projeto de priorização na Câmara, para poder debater melhor.

O secretário de Governo, André Coronel, salientou que a Prefeitura está dialogando e ouvindo entidades e autoridades para qualificar. “O projeto serve para organizar a ajuda humanitária. Nós estamos em diálogo com as entidades, com os vereadores e vamos ouvir o que todos têm a dizer aqui na Comissão para melhorarmos o projeto”, garantiu.

O secretário-adjunto da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Humano, Dani Morethson, expôs o plano de combate à fome nas ruas de Porto Alegre, junto ao governo estadual, e a importância do cadastramento para realização deste plano. “Em março, começamos o cadastramento de cozinhas solidárias na nossa cidade. Mais de 200 já fizeram o cadastramento, nos ajudando a localizar e organizar a ajuda. Nós estamos trabalhando com o governo do Estado para o poder estadual criar cozinhas próprias, então ter esse mapeamento é fundamental pro poder público saber aonde deslocar recursos”, explicou.

O secretário municipal de Assistência Social, Matheus Xavier, explanou a dificuldade que a Prefeitura enfrentou no último inverno de tirar as pessoas da rua. Segundo ele, mesmo com vagas sobrando nos albergues da Prefeitura, as pessoas em situação de rua preferem continuar onde estão, pois conseguem ajuda humanitária sem se submeter às regras de um albergue. “Nos últimos seis meses, não teve sequer um dia em que todos albergues da cidade estiveram lotados. Estamos com vagas sobrando. Nós fazíamos rondas noturnas durante o inverno inteiro para tirar as pessoas das ruas e levá-las a albergues e muitas se recusavam. Muitas vezes, elas recusam porque, ao ficar na rua, elas recebem cobertores e comida sem precisar se submeter às regras do albergue”, esclareceu.

Júlio Ritta, idealizador do projeto Cozinheiros do Bem, pediu que o poder público abandone ou reformule completamente o projeto de lei pauta da reunião, com auxílio da população e entidades que estão nas ruas ajudando os mais vulneráveis. “A fome e a miséria são produtos. A comida jogada fora no planeta é mais que suficiente para alimentar quem passa fome. A nossa cidade tem 7 mil pessoas em situação de rua. Nós estamos há mais de dez anos ajudando e agora querem nos obrigar a usar um crachá da Prefeitura para poder ajudar meu povo? Eu peço por favor para riscarem essa lei e chamarem quem ajuda o povo pra reescrever ela”, suplicou.

Itanajara Almeida, conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, disse aos vereadores estar assustada com a ideia de um projeto desses ter sido pensado. “Me assusta um pouco quererem criar uma lei para controlar essa distribuição. O cadastro que o secretário-



adjunto falou é um cadastro longo e muitas das pessoas que distribuem comida não sabem sequer mexer no celular para realizá-lo”, pontuou. A conselheira explicou que o projeto, ao dificultar a distribuição de marmitas, pode ter sérios impactos no sistema de saúde público. “Esse projeto pode causar problemas para saúde pública no futuro, porque pode ter certeza que se vocês aprovarem ele, nós vamos ver uma alta nas pessoas desnutridas sendo hospitalizadas”, afirmou.¹²

¹² Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



VEREADORA ATENA ROVEDA

Pautas

18/02/2025 – Análise de Dados HIV/AIDS -Porto Alegre;

22/04/2025 – A Importância do Conselho Municipal de Saúde;

24/06/2025 - Saúde LGBTI+ em Porto Alegre;

26/08/2025 - Mês da visibilidade lésbica no Brasil;

18/02/2025 - Cosmam analisa os altos índices de infecção por HIV e AIDS em Porto

Alegre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu nesta terça-feira (18/02) para analisar os dados de HIV e AIDS na Capital gaúcha. A reunião foi proposta pela vereadora Atena Roveda (PSOL) e coordenada pela presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB). “Não é problema algum o vírus, e sim a desinformação e o preconceito. Nosso trabalho é que no fim desta reunião, nós possamos refletir melhor quais caminhos coletivos podemos tomar para acabar com a epidemia de HIV/AIDS”, afirmou a proponente.

Segundo a coordenadora de projetos do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), Carla Almeida, Porto Alegre vive uma epidemia generalizada, indo contra o cenário nacional, em que a epidemia é concentrada em populações específicas. “A gente tem uma epidemia de AIDS generalizada em Porto Alegre e na região metropolitana, com uma prevalência muito acima da média nacional. Temos indicadores alarmantes não apenas para HIV, mas também para sífilis, hepatite e outras doenças de definição social. Falar de HIV e AIDS é falar de crítica social, insegurança alimentar, justiça, segurança, moradia, saneamento básico e melhores condições de vida”, defendeu.



A Coordenadora de Atenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatites Virais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Daila Raenck, apresentou dados sobre a Profilaxia Pré-Exposição, mais conhecida como PrEP, um método de prevenção ao HIV oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o foco da Secretaria é eliminar a taxa de mortalidade pela infecção e levar a PrEP para mulheres cisgêneros e gestantes, identificadas como um dos principais grupos de risco de infecção e transmissão vertical (da mãe para o filho) de HIV/AIDS. “Nós elencamos duas metas essenciais: eliminação da transmissão vertical de HIV, não podemos mais ter crianças infectadas. Há três anos, nós eliminamos a transmissão vertical, estamos abaixo dos 2% de contaminação, que é a meta do Ministério da Saúde. O último boletim epidemiológico tinha emitido um coeficiente de mortalidade 24%, nós diminuimos para 20%”, pontuou.

De acordo com Daila, quanto maior o número de pessoas utilizando a PrEP, menor será a incidência de infecções por HIV. Ela acredita que a chave para reduzir a taxa de mortalidade está em levar os diagnósticos à atenção primária de saúde, por meio de testes rápidos. Quanto mais precoce for o diagnóstico e o início do tratamento, melhores serão os resultados e a qualidade de vida das pessoas soropositivas. “Nós incorporamos a tecnologia da entrega do medicamento em casa. O secretário Ritter fez uma reunião conosco para que todo o usuário da rede de atenção primária, independente do vínculo ao projeto ou não, tenha acesso ao tratamento”, contou.

Foi apontado como uma das principais falhas da conscientização sobre o tópico a falta de campanhas e iniciativas de educação em escolas. No entanto, Daila afirmou que as campanhas serão retomadas este ano, por meio do Ministério da Saúde. “O Ministério vai disparar uma grande campanha nacional, recuperando essa questão da prevenção e da existência do HIV e da sífilis. É algo que a gente precisa retomar na cidade e entendemos como um gargalo importante”, esclareceu. Conforme o Ministério da Saúde, cerca de 26 mil pessoas estão vinculadas ao cuidado em Porto Alegre. Deste número, 23 mil encontram-se em tratamento e 3 mil abandonaram ou não estão em tratamento.

A coordenadora da ONG Mães da Resistência do RS, Andrea Ribeiro Mirandola, convidou todos presentes para o lançamento de uma cartilha de letramento para familiares que convivem com pessoas soropositivas e LGBTQIA+. O encontro ocorrerá nos dias 29 e 30 de abril, no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal, e tem como objetivo expor dados e conscientizar pais e responsáveis sobre o assunto. “Os dados falam por si. Que a gente possa ser aliado nessa luta com vocês para enfrentar esse preconceito e esse estigma que quem tem HIV/AIDS vive”, afirmou.



Como encaminhamento, a vereadora Atena Roveda propôs de seu gabinete reunir as assertivas da reunião em uma ata, para a Comissão aprovar e encaminhar à Secretaria de Saúde. Também solicitou reunião com o secretário da pasta, Fernando Ritter, para tratar do encaminhamento da ata. Além disso, propôs uma pauta externa para a Cosmam na sede da SMS. Por fim, solicitou que ao menos em dois dias da semana, o Centro de Saúde Santa Marta amplie seus horários de atendimento, a fim de atender a população soropositiva de Porto Alegre. “Se houver uma boa vontade política da Secretaria Municipal de Saúde, ela vai começar com a recepção da Cosmam em uma visita oficial e já com um estudo de análise em relação a isso”, concluiu.¹³

¹³ Texto - Renata Rosa (estagiária de Jornalismo) - Edição - Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



22/04/2025 - Cosmam ouve demandas do Conselho Municipal de Saúde



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre tratou nesta terça-feira (22) de demandas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) da Capital. A reunião foi proposta pela vereadora Atena Roveda (PSOL) e conduzida pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), presidente da comissão.

José Luiz Mansur, secretário-executivo do CMS, disse que a gestão valoriza pouco o conselho e pediu um olhar mais atento para o órgão. Afirmou sentir falta da presença do secretário de Saúde nas reuniões do CMS. “A saúde de Porto Alegre não vai bem, e o conselho é um espaço de debate” sobre a área, ressaltou. Ele destacou que faltam recursos humanos para o órgão.

A coordenadora do CMS, Maria Inês Flores, explicou que o conselho é um órgão de controle social das políticas públicas de saúde, mas, na prática, os conselheiros ficam sabendo de decisões importantes pela imprensa. Ela mencionou, como exemplo, as notícias sobre a possibilidade de o governo estadual assumir a gestão do Hospital de Pronto Socorro (HPS) e de outros hospitais municipais: “Isso não passou, em nenhum momento, por nenhuma instância do controle social”. Ela pediu à gestão mais diálogo, mais recursos e o preenchimento de vagas abertas no quadro de servidores do conselho. Ressaltou que o trabalho é voluntário e a gestão não oferece recursos como transporte para as reuniões do CMS.



Waldir Bohn Gass, também coordenador do conselho, fez críticas ao que tratou como um enfraquecimento do controle social, imposto pelas últimas gestões municipais. Disse que o CMS foi salvo da extinção graças a uma legislação mais consolidada a nível nacional e à mobilização dos conselheiros: “O controle social no Sistema Único de Saúde está inscrito na Constituição e é um dos pilares do sistema”. Ele defendeu a atualização da legislação sobre o CMS, para inclusão de novos atores sociais e aumento da participação popular.

A conselheira distrital Djanira Corrêa afirmou que a postura de Sebastião Melo como prefeito é muito distinta da que manteve como vice-prefeito, na gestão de José Fortunati: “Para nossa surpresa, ele não respeita o conselho e os conselheiros, e tentou retirar o caráter deliberativo do CMS”. Também fez críticas à proposta de transferência da administração de hospitais do município para o governo do estado: “Não sabemos onde estamos, nem para onde vamos”. Afirmou que o enfraquecimento do conselho significa um desmonte das políticas de saúde no município.

Rompimento

A diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, Kelma Soares, afirmou que a gestão dialoga com o conselho. Disse que combinados são descumpridos e que há desrespeito nas reuniões plenárias: “A gente acaba não discutindo o que realmente precisa discutir, que é a saúde da população”. Prometeu dar encaminhamento a demandas do conselho, como a publicação de resoluções no Diário Oficial de Porto Alegre.

“As ligações com o Conselho Municipal de Saúde não estão estremecidas, estão rompidas”, disse o secretário de Saúde, Fernando Ritter. Também afirmou que as reuniões dos conselhos distritais de saúde e do Orçamento Participativo são mais produtivas do que as do CMS. Ele defendeu um processo de reaproximação com o conselho e disse estar disposto ao diálogo.

Ritter afirmou que há interferência da política partidária no conselho e que isso não faz parte do controle social: “Durante o período eleitoral, ficou desumano”. Ele ressaltou que “não há problema em ouvir críticas, o problema é o desrespeito”. O secretário disse que o conselho não pode se recusar a cumprir decisões da gestão, como a parcerização de serviços, e que por conta disso o órgão não tem aprovado os planos municipais de saúde. Afirmou ainda que as vagas no conselho estão abertas pois há pouco interesse dos servidores em participar de um órgão com “clima tenso”.

Em relação à proposta de transferência da gestão dos hospitais municipais para o governo do estado, o secretário afirmou que a iniciativa não foi da Prefeitura, e que a Capital



irá aceitá-la se houver perspectiva de melhora dos serviços. Disse que o processo de decisão será negociado publicamente. Também pediu calma aos servidores municipais que podem ser afetados com a transferência, afirmando que há possibilidade de continuarem a ser pagos pela Prefeitura, mediante ressarcimento do governo estadual: “Ninguém vai sair se não houver desejo”.

Ao final da reunião, a vereadora Atena Roveda destacou que o encontro marcou a abertura de uma disposição ao diálogo entre a Secretaria de Saúde e o CMS. Afirmou ainda que o momento demanda "trabalho político e diálogo intenso e semanal" para a retomada da relação entre os órgãos.¹⁴

¹⁴ Texto: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)

24/06/2025 - Cosmam debate acesso à saúde da população LGBTQIA+



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu, nesta terça-feira (24/06), a saúde da população LGBTQIA+ na Capital. A reunião foi conduzida pela vice-presidente da Comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD), a partir de uma proposição da vereadora Atena Roveda (PSOL), que destacou a relevância do tema. “Que a gente possa, nesse momento, intensificar o sentido democrático do acesso à saúde. Quando convidamos pessoas que fazem da sua vida um estado de luta permanente, não só pelo acesso, mas pela vida, abrimos esta Casa para esse debate”, afirmou.

Bianca Niemezewski Silveira, médica de família e comunidade do sistema municipal de saúde, criticou a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que restringe terapias e cirurgias de afirmação de gênero para crianças e adolescentes. “Hormonização não é um tratamento, pois transexualidade não é uma doença, é apenas uma modificação corporal para trazer saúde mental e fazer com que as pessoas possam se sentir bem nos seus próprios corpos”, ressaltou.

Bruno Ávila, representante do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do RS, também abordou os impactos da resolução. Segundo ele, a medida é inconstitucional por



exigir, para o início do tratamento hormonal, atendimentos com cardiologista, nutricionista e outras especialidades que o SUS não garante a pacientes sem comorbidades. “Atrelar a saúde mental de uma pessoa a um condicionamento que o próprio Estado não garante é um trabalho não funcional”, criticou.

Serena Gonçalves, ativista do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), questionou o embasamento científico utilizado pelo Conselho Federal de Medicina. “O CFM compartilhou apenas uma nota no portal deles falando muito vagamente quais seriam esses fundamentos, mencionam supostos fundamentos científicos, os quais não fazem questão de compartilhar conosco quais seriam”. Além disso, criticou os fundamentos da decisão em políticas de saúde internacionais, especialmente dos Estados Unidos. “Esse país está em processo ativo de perseguição à nossa população. A deputada Erika Hilton recebeu um visto com o seu gênero desrespeitado, humilhada internacionalmente, um desrespeito à nossa soberania e a ela pessoalmente”, condenou.

Sol Guilloux Mazzarolo, ativista do Movimento Correnteza, falou sobre a realidade trans no país. “Essa resolução está afetando diretamente a nossa população, não é de agora que temos dificuldades de viver, não é apenas estar existindo, é sobre viver e não apenas sobreviver”. Maximiliano Kunrath, ativista da Unidade Popular pelo Socialismo, chamou atenção para os episódios de discriminação, inclusive nos serviços de saúde. “Uma onda de ataques à população trans em todo o mundo, muitas vezes usando de preceitos religiosos para fazer ataques e destilar o ódio, por parte de forças conservadoras que utilizam esse tipo de argumento para induzir um pânico moral na sociedade que afeta a forma com que somos atendidos nos sistemas de saúde”, apontou.

Jasmin Rosa, ativista dos direitos da pessoa trans, criticou a resolução que proíbe o uso de bloqueadores hormonais para mudança de gênero em crianças e adolescentes trans. “Adolescente cis ainda podem se harmonizar, pílulas anticoncepcional, uma família que considera o filho com baixa testosterona pode levar o filho no endocrinologista para tomar testosterona, hormônio de crescimento para render nos esportes, é permitido pelo CRM, só a população trans que não pode ter esse acesso”, denunciou.

Júlio Barros, coordenador da área técnica da saúde LGBTI da Secretária Municipal de Saúde, explicou as ações de qualificação profissional promovidas pela Prefeitura. “Educação permanente e qualificação dos trabalhadores da rede de saúde de Porto Alegre para o atendimento da população trans, isso já está acontecendo, a edição deste ano vai ser para todos os trabalhadores da área da saúde inclusive para atenção especializada, não só a rede de atenção primária, tanto ambulatorial e hospitalar”, exemplificou.



Nos encaminhamentos foi solicitado o agendamento de uma reunião com a direção do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers) e com o secretário municipal de Saúde para tratar das demandas trazidas pela comunidade. Além disso, a elaboração de uma nota de apoio ao Movimento Paes Pop Trans, Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans do Ministério da Saúde. Também a promoção de um seminário sobre saúde das pessoas trans e a inclusão da pauta nas discussões do Orçamento municipal para o próximo ano.¹⁵

¹⁵ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



26/08/2025 - Cosmam debate saúde lésbica na Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu hoje (26/8) a saúde das mulheres lésbicas na Capital. A proposta foi da vereadora Atena Roveda (PSOL) e a reunião foi conduzida pela vice-presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Atena destacou a luta de seu mandato pela saúde lésbica e o apoio dos vereadores da comissão: “Nossa luta é para que o município ponha dinheiro voltado para a saúde de mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras. Esta Casa tem o dinheiro do povo. Que a gente possa usar esse dinheiro e espaço para impactar na vida de todas mulheres lésbicas da cidade.” Roselaine Dias, professora da rede municipal de ensino e lésbica, afirmou que Porto Alegre não possui políticas públicas voltadas para mulheres homossexuais. “Uma cidade que já foi considerada a capital dos direitos humanos, mas nunca lutou por essa causa”, disse.

Samantha Ferreira, psicóloga e representante da Rede Lésbi Brasil, relatou que muitas mulheres não sabem seus direitos ou os têm violados durante consultas íntimas: “Ouvimos diversos relatos de mulheres lésbicas que foram fazer exame e o espécuro as machucou. Muitas vezes a paciente, e o médico também, não sabe que é seu direito que se use um espécuro



menor. Há casos em que o médico se recusa a usar outro. Um exame fundamental para a saúde vaginal e que é negado para mulheres lésbicas.”

Maria Inês Flores, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, expressou sua preocupação e indignação com a qualidade do atendimento básico oferecido para a população. Para ela, o tempo limite de três minutos numa consulta e a precarização do serviço causam problemas maiores para o sistema de saúde. “O atendimento no posto de saúde é, hoje, muito precário. Tu não consegue tocar em mais de um assunto da tua saúde e na maioria das vezes o médico nem olha pra tua cara, só fica olhando pra tela do computador. Esse descaso e a falta de conhecimento faz com que muitas mulheres só saibam que estão com câncer de mama quando o caroço começa a dificultar e machucar na hora de colocar o sutiã”, afirmou.

Rosa Vilarino, representante da área técnica de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, garantiu que o atendimento primário do Sistema Único de Saúde (SUS) é capaz de fazer um atendimento inicial nas mulheres e, se necessário, encaminhar para um médico especializado em ginecologia: “A atenção primária pode sim atender uma mulher com candidíase, por exemplo. Dependendo da necessidade, a atenção primária encaminha para um atendimento ginecológico.”

Encaminhamentos

Nos encaminhamentos, foi solicitada à Secretaria de Saúde uma explicação sobre o protocolo de tratamento de pessoas LGBTQIA+. Também será questionado às universidades localizadas em Porto Alegre se possuem alguma disciplina específica voltada para a saúde de mulheres lésbicas e pessoas LGBTQIA+. A vice-presidente da comissão, Cláudia Araújo, sugeriu a desregionalização dos atendimentos especializados, visando garantir que todos tenham acesso aos médicos especialistas¹⁶.

¹⁶ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



VEREADOR ALDACIR OLIBONI

Pautas

18/03/2025 - Informações de recursos oriundos do Governo Federal para o estado e municípios, especialmente de Porto Alegre para execução dos projetos de enfrentamento às fortes cheias ocorridas recentemente;

06/05/2025 - A proposta de estadualização dos hospitais de Porto Alegre;

10/06/2025 - A inclusão de Medicamentos à base de Cannabis Terapêutica no SUS;

09/09/2025 - Políticas Públicas para a Causa Animal;

14/10/2025 - Construção de 12 Unidades de Saúde, Clínica de Especialidades Zona Sul (Policlínica Zona Sul) e Reformas e Gestão dos Pronto Atendimentos (PAs) Lomba do Pinheiro e Bom Jesus;

25/11/2025 - Construção de 12 Unidades de Saúde, Clínica de Especialidades Zona Sul (Policlínica Zona Sul) e Reformas e Gestão dos Pronto Atendimentos (PAs) Lomba do Pinheiro e Bom Jesus;



18/03/2025 - Cosmam discute uso de recursos federais para enfrentamento das cheias



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta terça-feira (18/3) a utilização de recursos oriundos do governo federal para a execução dos projetos de enfrentamento às cheias. Proposta pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), a reunião foi conduzida pela presidente da comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

O proponente da pauta ressaltou a necessidade de informar a população sobre as ações do Executivo, bem como o destino dos recursos recebidos para a reconstrução da cidade. “Tenho o dado de R\$ 750 milhões que teriam chegado para diversos projetos. Projetos que, em tese, não se diz especificamente qual o teor e em que momento ele está sendo executado ou se está sendo executado”, salientou Oliboni.

O secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, esclareceu a atual situação das unidades de saúde atingidas pelas cheias: “Tivemos 26 unidades de saúde atingidas, das quais dez ainda não voltaram à atividade. A imensa maioria delas vai voltar no final de julho e no início de agosto, com exceção da unidade de saúde da Ilha dos Marinheiros, que teve que ser demolida.” Além disso, explicou como a burocracia na liberação do dinheiro do governo federal tem se tornado um desafio para a continuidade do trabalho: “Há recursos que estão ingressando apenas agora porque as regras às vezes são pensadas por burocratas que não estão vivenciando a realidade”.



O representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, João Pedro Maffessoni, explicou as ações feitas pelo órgão após as enchentes, bem como a destinação dos recursos recebidos da esfera federal. “A dotação de receita que entrou nos cofres do município ao longo do ano foi de R\$ 192 milhões. Destes, R\$ 131 já foram empenhados, restando um saldo de aproximadamente R\$ 60 milhões”, ilustrou.

A secretária municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Júlia Zardo, pontuou os valores inferiores aos solicitados recebidos pela pasta. “Recebemos da União 18% daquilo que foi realmente solicitado. O solicitado foram R\$ 196 milhões e o recebido foram R\$ 11 milhões.” Também destacou o trabalho do Executivo com os recursos municipais para a execução das obras. “Algo positivo é que o município conseguiu, com seus recursos próprios e a partir de doações do setor privado, melhorar as escolas e até entregar em uma situação melhor do que antes da enchente”, afirmou.

O secretário para Apoio à Reconstrução do RS da União, Maneco Hassen, apresentou os programas e os recursos criados para auxiliar na reconstrução do Estado e no auxílio às vítimas das cheias. “Temos 429 mil famílias no Rio Grande do Sul que receberam o auxílio reconstrução, temos disponibilizado recurso garantido com a Caixa Econômica Federal para a aquisição ou construção de 22 mil moradias, nós tivemos 66 mil empresas do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes que acessaram algum tipo de programa do governo federal”, ressaltou.

O representante do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Darci dos Santos, relatou os processos burocráticos e os desafios enfrentados pela entidade para abranger as necessidades durante a crise: “Tivemos no momento da crise aguda o programa do governo federal chamado S2ID para cadastramento de necessidades de reconstrução emergencial da cidade. Esse cadastramento extremamente burocratizado não é culpa da gestão federal, mas do sistema. O cadastramento exigia praticamente um projeto de engenharia de cada coisa que estava sendo requisitada, uma lista completa de serviços e preço unitário. Só que na hora da calamidade e do sufoco, não tem tempo de fazer isso, todo mundo estava envolvido em reconstruir a cidade e não em ficar fazendo relatório”, destacou.

Nos encaminhamentos, ficou estabelecido o agendamento de uma nova reunião com outras instituições para apresentar esclarecimentos sobre a destinação dos recursos, além da produção de um relatório individual de cada secretaria com os projetos desenvolvidos para a reconstrução do município.¹⁷

¹⁷ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



10/06/2025 - A inclusão de Medicamentos à base de Cannabis Terapêutica no SUS;



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu hoje (10/6) a inclusão de medicamentos à base de cannabis terapêutica no Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta foi feita pelo vereador Aldacir Oliboni (PT) e a reunião conduzida pela presidente da comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

Oliboni trouxe estudos científicos que indicam benefícios e eficácia da cannabis medicinal no tratamento de diversas condições, como dor crônica e epilepsia. Ele defendeu a aprovação de tais medicamentos para uso no SUS: “Nós já aprovamos uma lei que institui o uso da cannabis para fins medicinais em Porto Alegre. Quando a gente aprovou essa proposta, havia uma enorme contradição de alguns dizendo que era apenas um medicamento vindo da maconha. Nós estamos hoje aqui para reforçar o quanto é importante esse debate e ressaltar a quantidade de pacientes que hoje depende deste medicamento que tem a liberação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e que a gente torce para que seja liberado para o SUS”.



O vereador Alexandre Bublitz (PT) afirmou que a aprovação do uso dos medicamentos pelo SUS em Porto Alegre diminuiria os gastos do poder público: “Muitas vezes os pacientes só conseguem o medicamento via ordem judicial, porque o remédio é caro. Então o paciente precisa entrar na Justiça primeiro. Isso encarece, e muito, os custos para o Estado, além de aumentar o tempo para conseguir o tratamento. Isso gera um gasto excessivo para o Estado que poderia ser evitado com uma regulamentação.”

Patrícia Ariane Dobler da Rosa, representante da Associação Terapêutica para Tratamento Canábico, explicou as diferenças entre o tratamento prestado pela associação e pelo poder público após judicialização dos casos. “Boa parte dos pacientes que vêm até a gente acabam voltando para nós após o processo judicial. A medicação judicializada, que é o canabidiol isolado, não tem o mesmo efeito. Então o paciente que começou o tratamento pela associação e obteve resultado judicializa e acaba voltando para nós porque o medicamento dado não está tendo resultado, mesmo aumentando a dose”. Ela afirmou que, além da liberação, é necessária a regulamentação correta para garantir que a população tenha acesso ao melhor tratamento possível.

O presidente da Associação Cannabica Medicinal, Matheus Hampel, destacou as diferenças entre os medicamentos. “Eu sou paciente de dor crônica, o CBD (canabidiol) não funcionou, 200 mg e não funcionou no meu caso. E antes disso eu tomava morfina. O CBD sozinho não chega em alguns casos. O THC (Tetrahydrocannabinol), que é a principal substância psicoativa da cannabis, tem um papel terapêutico, não só o psicoativo que é o que faz ser visto como vilão. A morfina também tem papel psicoativo. Então esse argumento do medo do THC não pode ter espaço no debate”, defendeu.

Acesso aos medicamentos

O médico Ariel Camargo Gris da Silva ressaltou que os medicamentos já estão disponíveis para amplo uso no Brasil, mas apenas para aqueles com dinheiro: “A maconha medicinal já está ali na farmácia da esquina. Quando a gente diz que o acesso está difícil, difícil é para o pobre.”

Por fim, Leonel Almeida, representante da Secretaria Municipal de Saúde, fez uma apresentação dos diferentes produtos à base de cannabis e suas diferenças. Também tratou das regulamentações da Anvisa, dos desafios na produção e da judicialização do acesso. “Mesmo judicializando, o ônus da prova para que alguém possa receber na via judicial é apresentar que o medicamento à base de cannabis é mais eficaz que os disponíveis pelo SUS. Isso tranca e atrasa o acesso.”

09/09/2025 - Cosmam realiza debate sobre saúde causa animal



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou debate hoje (9/9) sobre políticas públicas para a causa animal na cidade. A proposta foi do vereador Aldacir Oliboni (PT) e a reunião foi conduzida pela vice-presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Oliboni questionou os esforços da política pública municipal e a destinação de recursos para a causa animal: “Esses 0,1% da verba municipal que estamos destinando à política de saúde dos animais representa, hoje, em um orçamento de R\$ 13 bilhões, entre R\$ 10 e 12 milhões. A gente precisa tentar aumentar essa verba e, também, saber o que a Prefeitura está fazendo com esse dinheiro.”

A médica veterinária Graciela Giurni sugeriu fortalecer a parceria público-privada para realização de atendimentos clínicos: “Eu acho que seria importante a Prefeitura fazer um convênio com clínicas privadas para cuidar de animais que são abandonados na rua”. Giurni também destacou as relações entre saúde animal e humana: “É importante a gente cuidar da saúde única, que antigamente era chamada de saúde pública, porque a saúde dos animais impacta na saúde humana. Um cachorro de rua, por exemplo, pode carregar várias doenças e transmitir elas a nós”.



Lisandra Dornelles, médica veterinária e representante da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, pediu apoio de todos os vereadores pela causa animal, mesmo aqueles que não têm simpatia direta pelo tópico: “Mais de 80% das nossas doenças vem dos animais. Proteger os animais significa nos proteger também.”

A diretora geral da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (Sema), Fernanda Leite, afirmou que o poder público estadual está no seu limite de operação: “Hoje a gente não tem espaço ou recursos para acolher todos os animais. Já fui em locais para recolher um animal específico e a população reclamou que não pegamos os outros. Como que eu vou pegar todos se não tem espaço?”, questionou.

Leite salientou que a população pode e deve colaborar para o controle e saúde destes animais: “Nós, como membros da sociedade, também temos como fazer nossa parte para ajudar esses animaizinhos, porque o bem deles é o bem de todos nós”. A diretora da Sema destacou a importância de o município realizar parcerias com os protetores de animais: “É preciso trazer para perto os protetores e quem gosta de estar perto e trabalhar com eles. As secretarias municipais precisam dialogar com essas pessoas que estão na linha de frente”.

Tatiana Guerra, secretária do Gabinete da Causa Animal, disse que o sistema de atenção à causa animal em Porto Alegre é referência: “Nossa política pública pode não ser perfeita, mas é muito boa comparada a outras cidades do País.” Guerra explicou o funcionamento da Unidade de Saúde Animal Victoria (Usav) e o contrato da Prefeitura com a entidade. “Em contrato temos 30 atendimentos diários na Usav, mas hoje em dia atendemos por demanda. Todo mundo que chegar lá vai ser atendido. Os protetores cadastrados têm direito a um atendimento diário para que todos os 30 atendimentos possam ser realizados. Isso não quer dizer que não possa ser atendido mais de um animal por protetor, só que ele não tem prioridade”, ressaltou.¹⁸

¹⁸ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)

14/10/2025 -Cosmam trata de obras nos postos de saúde da Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu hoje (14/10) para tratar da construção de 12 Unidades de Saúde, da Clínica de Especialidades Zona Sul (Policlínica Zona Sul) e de reformas e da gestão dos Pronto Atendimento (PAs) Lomba do Pinheiro e Bom Jesus. A proposta foi do vereador Aldacir Oliboni (PT) e a reunião foi conduzida pela presidente da comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

O proponente abriu sua fala destacando que a luta pela construção de novas Unidades de Saúde (US) vem desde o primeiro mandato do prefeito Sebastião Melo: “Já estamos há seis anos pautando essas dez unidades de saúde prometidas pela Prefeitura ainda no primeiro mandato do prefeito. Poucas delas começaram a ser construídas. Agora passou para 12, porque ainda tem as duas gestadas pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC)”. O vereador também questionou como estão algumas das obras de reforma prometidas pelo Executivo para os postos de saúde das regiões Sul e Leste, como as US Esmeralda e Lomba do Pinheiro.

O vice-coordenador do Conselho Municipal de Saúde, Waldir Bohn Gass, afirmou que os investimentos feitos por meio de financiamento com o Banco Interamericano de



Desenvolvimento (BID) diminuíram nos últimos anos, ao passo que o orçamento da Prefeitura aumentou: “Hoje o orçamento é de R\$ 13 bilhões e as parcerias com o BID são menores do que quando o orçamento era de R\$ 1,5 bilhões”. Daniele Galdino, representante do Conselho Municipal de Saúde - Distrital Leste, disse que a pedra fundamental da nova US Coinma foi posta há 15 anos, mas as obras estão abandonadas: “Fazem promessa atrás de promessa e nada. Os pacientes do Jardim Leopoldina e do Coinma querem os novos postos que lhes foram prometidos”.

Jair Machado, representante do Conselho Municipal de Saúde - Distrital Sul/Centro Sul, cobrou uma previsão para conclusão de obras nas unidades de saúde: “Eu gostaria de saber uma previsão de início, meio e fim das obras de construção da Policlínica Zona Sul”. Também afirmou que há diversos postos em situação precária e que não estão mais dando conta da demanda. “Também queria dizer que nós temos unidades em situações críticas na região, como as unidades Nova Ipanema e Nonoai. As demandas estão cada vez maiores nos postos de saúde e não há melhoras prestadas pela Prefeitura”.

O que diz a Prefeitura

O secretário municipal de Desenvolvimento Social, Jorge Brasil, prestou satisfações quanto às unidades de saúde e respondeu os questionamentos da reunião: “Quatro unidades serão entregues ainda esse ano na cidade: as US Sarandi, Nova Brasília, Diretor Pestana e Santa Marta.”

Na sequência, o secretário abordou individualmente a situação das US das regiões Sul e Leste de Porto Alegre. “Uma obra demora, em condições ideais, 18 meses entre a compra do terreno e a entrega do posto para a comunidade. O problema é que às vezes acontecem empecilhos, como a US Esmeralda, citada anteriormente, em que as obras foram momentaneamente paralisadas devido à contaminação do solo. As unidades da Glória, Morro Santana, Lomba do Pinheiro, Maria da Conceição e Quinta do Portal tiveram problemas e atrasos devido à enchente ou adaptação do projeto. As duas primeiras nós já estamos em processo de licitação para retomar as obras. Em relação aos outros postos, estamos finalizando os contratos para abrir o processo de licitação”, explicou.

Brasil ainda respondeu questionamentos sobre os postos do GHC e a Policlínica Zona Sul. “O (posto do) Jardim Leopoldina está avançando agora com um projeto extremamente detalhado e estamos perto de abrir licitação. É um projeto inovador e que deve começar a ser construído em março de 2026. A US Coinma seguirá o mesmo caminho, mas está algumas etapas atrás. A Policlínica Zona Sul é um caso complexo e especial que foi priorizado pela



gente. Fizemos um projeto grande e excelente que foi aprovado pela Caixa Econômica Federal. Nós vamos contratar o projeto e a obra juntos, por exigência da Caixa, então tudo terá que ser muito mais detalhado e teremos uma matriz de risco muito menor, porém demora mais”, finalizou.¹⁹

¹⁹ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)

25/11/2025 - Cosmam aborda obras em 12 unidades de saúde



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião na manhã desta terça-feira (25/11) que tratou sobre a construção de 12 Unidades de Saúde, Policlínica Zona Sul, Pronto Atendimento (PA) Cruzeiro e Reformas e Gestão dos Pronto Atendimentos (PAs) Lomba do Pinheiro e Bom Jesus.

O proponente da pauta, vereador Aldacir Oliboni (PT), mostrou-se indignado por haver vereadores atrapalhando ao invés de ajudar no tema: “Nós estamos aqui debatendo esse tema desde 2017. Essa promessa de construção foi tratada como uma prioridade dos mandatos dos prefeitos.”

Representando a Unidade de Saúde Lomba do Pinheiro, Margarida Gonçalves manifestou sua indignação mostrando uma planilha de obras de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde que não foram concluídas. Acrescentou que a unidade fica na Parada 13 e é distante da comunidade que utiliza o atendimento e tem dificuldades de locomoção. “Agora para nos acalmar lá na Lomba do Pinheiro levaram o projeto e falaram que ia sair a obra, mas já se passaram dois anos que o prefeito foi reeleito e não foi construído. A gente quer uma resposta se vão terminar a obra do pronto atendimento e se vai sair essa construção na Lomba”, declarou.



A coordenadora do Conselho Municipal da Saúde, Maria Inês Flores, lamentou a ausência do secretário municipal de Saúde e do Ministério Público (MP) na reunião: “A situação das Unidades de Saúde Coimma e Leopoldina é um processo que está no MP há dez anos.” Também falou sobre o aumento de usuários na cidade: “A gente não entende como o secretário diz que não está aumentando o número de pessoas usuárias quando a gente vê que está aumentando a necessidade de a população ser atendida nas unidades.” Afirmou ainda que o governo municipal não investe em obras próprias em território há muitos anos e que todas as reformas pós-enchente foram feitas com recursos federais.

Gerusa Bittencourt, gerente da atenção primária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), falou sobre a dívida da Prefeitura em relação à construção das Unidades Coima e Jardim Leopoldina. Expôs sua insatisfação com um vídeo que repercutiu nas redes sociais em que o vereador Giovane Byl (Podemos) estava junto com o secretário Fernando Ritter vistoriando a obra: “A gente acha muito complexo alguém vir se apropriar da pauta como se fosse o salvador”. Também explicou que a Prefeitura vai pagar a dívida, mas o recurso é federal.

Jorge Brasil, secretário administrativo da SMS, ressaltou que os desafios da área são gigantescos. Respondeu aos representantes das comunidades e afirmou que até o dia 5 de dezembro a obra da Unidade Esmeralda irá recomeçar. “Tenho a dizer que são muitas obras e muitas intervenções. A cidade sofreu com a enchente e, realmente, para retomar as últimas entregas nas áreas alagadas, tivemos prioridades.” Brasil declarou ainda que mais de seis obras irão iniciar em 2026 e enfatizou que a “irmandade” entre o GHC e a Prefeitura está dando certo e “que independentemente das críticas e da demora, as obras vão sair do papel.”²⁰

²⁰ Texto: Gabrielly Camargo (estagiária de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



VEREADOR GILVANI O GRINGO

Pautas

25/03/2025 - A Águas dos mananciais até a chegada nas torneiras: Qualidade e Consequências Segundo os Dados do DMAE”;

29/04/2025 - Apresentação Do Relatório Das Atuais Condições Dos Afluentes Do Guaíba: Possíveis Causas E Efeito Da Atual Tratabilidade Das Nossas Águas.;

02/09/2025 - Debater o PLL 200/25 - Institui o Programa EquoteraPOA no Município de Porto Alegre;

21/10/2025 - A Contaminação de Alimentos e Bebidas por Metanol;

04/11/2025 - Direitos da pessoa idosa na saúde: critérios para acolhimento e classificação de risco nos serviços de emergência e para regulação de consultas especializadas do SUS (pauta cedida ao Vereador José Freitas);



25/03/2025 - Cosmam debate qualidade da água em Porto Alegre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta terça-feira (25/3) a qualidade da água para os consumidores da Capital. A reunião foi proposta pelo vereador Gilvani o Gringo (Republicanos) e conduzida pela vice-presidente da comissão, Claudia Araújo (PSD).

O proponente da pauta ressaltou a importância do tema para a saúde da população porto-alegrense: “Temos que lutar em cima do que está ocorrendo hoje nos nossos mananciais para melhorar a qualidade da água que chega nas nossas torneiras. Assim, vamos salvar muitas vidas e melhorar muito a saúde da nossa população.” Além disso, condenou a atual situação do Guaíba e cobrou maior fiscalização dos órgãos competentes. “O Guaíba está podre, temos que tomar muitas ações, tomar atitudes para cobrar, temos que cobrar o governo do estado. Cadê a infraestrutura, os técnicos e os responsáveis pela fiscalização?”, questionou.

A diretora de tratamento e esgoto do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Joice Becker, explicou os processos que envolvem as variações nas propriedades da água conforme o período do ano. “Do ponto de vista de contaminantes, o que a gente vê no Guaíba em alguns pontos e em algumas épocas do ano, principalmente associados ou a



inundação, ou a estiagem, é a variação de alguns parâmetros da água.” Por fim, garantiu a qualidade da água e assegurou a segurança da saúde da população: “Em nenhum momento tivemos qualquer alteração no Guaíba que causasse algum prejuízo ou risco para a saúde”.

A gerente do tratamento de águas do Dmae, Vanessa Venturi, esclareceu os processos que envolvem o monitoramento da qualidade da água em Porto Alegre: “Todos os dias saem três roteiros de monitoramento, vamos às casas de usuários, são 357 pontos distribuídos em toda Porto Alegre. Casas de usuários, hospitais, rodoviária e aeroporto são pontos constantemente monitorados pelo departamento”.

O professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS Salatiel Wohlmuth da Silva enfatizou a importância do saneamento básico e do esgotamento sanitário para a qualidade da água da fonte. “A qualidade da água bruta está relacionada com a falta de saneamento básico, falta de esgotamento sanitário, falta de rede, tratamento e tratamento de efluentes. No momento em que investirmos mais na coleta adequada do esgoto sanitário, no tratamento do esgoto, no lançamento adequado, diminuindo os impactos no ambiente, a qualidade da água vai melhorar naturalmente e vamos gastar menos para fazer o tratamento”, destacou.

O chefe da Equipe de Vigilância em Saúde Ambiental e Águas (EVSA), Alex Lamas, apresentou os diferentes procedimentos de fiscalização e controle da qualidade da água. “Temos dados próprios, microbiológicos e físico-químicos, as equipes do Dmae fazem as análises de controle e nós as de vigilância. Além disso, temos um contrato com o laboratório NSF que faz as análises mais complexas como metais pesados e agrotóxicos, além de pesquisas com a UFRGS”, explicou.

O diretor-presidente do Dmae, Bruno Vanuzzi, abordou os impactos da drenagem na qualidade da água do município. “A drenagem impacta nas questões de nível de tratamento, na qualidade da água a ser tratada, na floração das cianobactérias, que produzem geosmina e 2-MIB, as substâncias que dão o cheiro. Hoje, captamos a nossa água na foz onde se juntam o rio Jacuí e Gravataí, e grande parte da água que tomamos vem principalmente do Gravataí, que é um dos rios mais poluídos do Brasil”, salientou.²¹

²¹ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)

02/09/2025 - Cosmam discute projeto que institui o Programa EquoterapOA



Na manhã desta terça-feira (02/09), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) realizou reunião para debater sobre o projeto de lei 200/25, que institui o Programa EquoterapOA no município. O proponente da pauta e autor da proposta, vereador Gilvani o Gringo (Republicanos), explicou que ela tem um objetivo muito claro: “cuidar de nossas crianças”. De acordo com o vereador, para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a equoterapia – método terapêutico que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar como instrumento, visando trabalhar aspectos motores, cognitivos e efetivos para o desenvolvimento biopsicossocial – é uma das mais indicadas. “O programa também valoriza e protege os animais, garantindo que eles tenham cuidados e respeito”, apontou Gringo. Rubens Souza, proprietário da Equoterapia Paraíso, atua em equoterapia desde 2003. “A gente trabalha muito com a socialização e com a organização familiar”, esclareceu, a fim de atingir os melhores resultados. Conforme Souza, em várias cidades, já há atendimento de equoterapia via SUS e custeado pelos municípios, em convênio com centros habilitados.

Silvia Scheffer, diretora da Cavalo Amigo, falou sobre como é gratificante atuar na área. “São 35 anos, dos meus 60, dedicados à equoterapia”. Contou que largou sua carreira como professora universitária para se dedicar exclusivamente a este tipo de terapia. “Em duas



sessões, a gente já vê um resultado tremendo, o resultado é fascinante. Nós, como terapeutas, queremos um resultado rápido para os nossos pacientes”, apontou.

Eduardo Rosa, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região, disse que é uma honra participar deste momento em que se discute a terapia assistida por animais, um recurso já amparado por lei federal. “A terapia assistida por animais fortalece desfechos em saúde de forma multiprofissional”, afirmou. Ele corroborou que os resultados da equoterapia são reais e rápidos, tais como melhora no equilíbrio, postura, coordenação, interação e regulação social, desenvolvimento de comunicação entre outras. E que ter uma política pública é fundamental para ampliar o acesso a esse tipo de terapia.

Willian Tempel, coordenador dos Direitos das Pessoas com Deficiência do município, salientou que, nos últimos anos, houve um aumento na procura por este tipo de serviço. “Nós precisamos institucionalizar este programa”, sugeriu. E complementou que “este atendimento também tem que ser visto sob o olhar da (Secretária de) Saúde”.

Luciano Marcontônio, diretor da Secretaria Municipal de Inclusão de Direitos das Pessoas com Deficiência (SMIDH), destacou que projetos como este vem a fortalecer as políticas para as pessoas com deficiência. “Atender a essa parcela gigante, mais de 15% da população de Porto Alegre tem algum tipo de deficiência”, mencionou. Também contou que, quando vereador, conseguiu aprovar por unanimidade um projeto para pessoas com deficiência, sancionado em 2009, e que nunca foi executado. “Não basta aprovar aqui, tem que ficar em cima do governo cobrando”, declarou.

O psiquiatra Alceu Gomes, coordenador do Centro de Referência do Transtorno Autista (Certa), observou que a equoterapia é uma ciência já consolidada, que faz parte das práticas integrativas, mas que faltava um projeto de lei para que ela fosse regulamentada no município. “Das nossas 270 crianças (do Certa), nós temos muitas lá que precisam, algumas inclusive fazem (a equoterapia) por conta própria, porque não está regulamentada no SUS. A prática realmente funciona”, afirmou. De acordo com ele, a regulamentação também facilita para executar emendas parlamentares que visam a esta prática da equoterapia.



Encaminhamentos

Nos encaminhamentos da reunião, os membros da Cosmam sugeriram incluir a Secretaria de Saúde no projeto de lei 200/25. A presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), salientou a qualidade do debate e a importância do tema. “O projeto ainda tramita na Casa, mas vamos trabalhar para aprová-lo de forma unânime”, finalizou.²²

²² Texto: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)

21/10/2025 - Cosmam aborda contaminação de bebidas por metanol



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu hoje (21/10) para tratar da contaminação de bebidas e alimentos por metanol. A proposta foi do vereador Gilvani o Gringo (Republicanos) e a reunião foi conduzida pela presidente da comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

O proponente da pauta se mostrou preocupado com os casos confirmados que começaram em São Paulo e foram se espalhando pelo País: “Para ter mais lucros, pessoas estão contaminando as bebidas para baratear a produção e ganhar em cima disso. O consumidor acha que está tomando uma bebida normal, mas em poucas horas está se sentindo mal por causa do metanol que ingeriu. Precisamos fortalecer a prevenção e a fiscalização na Capital para proteger o nosso cidadão”.

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do Sul (Abrasel no RS), Leonardo Dorneles, salientou que não há casos confirmados de bebida contaminada no RS: “O caso que foi identificado em Porto Alegre era de alguém que havia bebido em São Paulo e depois veio para o nosso estado”. Ele disse compreender o medo da população diante das notícias, mas se mostrou preocupado com os impactos que o assunto tem trazido para a economia local: “Nossos comerciantes estão sofrendo por algo que aconteceu



em São Paulo. Eu entendo o medo da população, mas a gente tem que deixar claro para o cidadão que ele pode consumir à vontade nos comércios da cidade.”

Evandro Janovik, diretor do Conselho Regional de Química, afirmou que deve-se fiscalizar a produção (fermentação) de etanol, pois a produção errada do mesmo pode gerar metanol: “A fermentação correta do etanol elimina o metanol. Nós temos que fiscalizar o etanol, porque o metanol que vai pra bebida é o que está no etanol contaminado.”

Elisabete Sabka, enfermeira da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, ressaltou que não há casos de ingestão de bebidas com metanol em Porto Alegre: “Nós tivemos dez casos de suspeita de intoxicação por metanol na cidade. Todos foram investigados e o único que realmente havia ingerido metanol foi o caso de um homem que tinha consumido bebida alcoólica em São Paulo”.²³

²³ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)

04/11/2025 - Cosmam debate atendimentos de saúde à pessoa idosa na Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu hoje (04/11) para tratar dos direitos da pessoa idosa na saúde pública e os critérios para acolhimento e classificação de risco nos serviços de emergência. A proposta foi do vereador José Freitas (Republicanos), que não faz parte da Cosmam, e a reunião foi conduzida pela presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB). Freitas destacou a importância da pauta para Porto Alegre, que é a Capital com maior porcentagem de população idosa. “Nossa cidade é uma das que mais tem população idosa no nosso país e cada vez chegam mais reclamações de demora e descaso na atenção a pessoas de terceira idade”, afirmou.

Cassiá Carpes, ex-vereador de Porto Alegre e ex-deputado estadual, afirmou ter ficado espantado com a situação de desorganização e falta de recursos dos hospitais após presenciar em primeira mão uma espera de mais de 10h para atendimento na fila do Sistema Único de Saúde (SUS). “Uma das coisas que mais me chama atenção em hospitais é a falta de coordenação e a falta de mão-de-obra. São poucas pessoas trabalhando descoordenadamente. Ou seja, falta dinheiro para os hospitais conseguirem tratar corretamente a população”, disse.



Ele sugeriu que a comissão visite os postos de saúde e hospitais da cidade para realizar vistoria.

A conselheira do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Lúcia Osório, explicou que a situação da rede de saúde do município é calamitosa, com escassez de recursos humanos e financeiros. “Nós estamos fazendo vistorias em diversos hospitais e UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) da cidade e a realidade é que está faltando tudo. Falta dinheiro, falta médico, falta funcionário, falta enfermeiro, falta recepcionista. Não tem nada que não esteja em falta”, criticou.

Clésia Ziemann, enfermeira e representante da Diretoria da Atenção Primária à Saúde (DAPS), expôs que o município está envelhecendo, porém a capacidade da rede não está acompanhando o crescimento da demanda. “Temos mais de 300 mil idosos na cidade, 200 mil estão cadastrados nas unidades de saúde da cidade. A demanda da cidade aumenta cada vez mais e as políticas públicas não acompanham. A situação está cada vez pior”, contou.

A enfermeira e representante da Diretoria de Atenção Hospitalar e Urgências (DAHU), Catia Stein, salientou que a priorização do atendimento ao idoso se dá conforme a classificação de risco que lhes é atribuída. “O paciente quando chega para receber o atendimento é classificado conforme o risco, quem tiver maior risco será atendido primeiro. Quem não é considerado paciente de risco, acaba ficando para trás e pode demorar para ser atendido”, ressaltou.

Encaminhamentos

Foi encaminhado pedido de informação ao Hospital Independência quanto às filas internas. Também foi encaminhada uma sugestão de reunião sobre atendimento médico a ser realizada de três em três meses com os órgãos de saúde municipais, estaduais e federais.²⁴

²⁴ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625),



VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER

Pautas

03/06/2025 - 2 anos da Central de Interpretação de Libras (CIL) – Os atendimentos na rede municipal de saúde;

08/07/2025 - Fé, cuidado e saúde: o papel das igrejas evangélicas na promoção da saúde física, emocional e social em Porto Alegre " ;

12/08/2025 - A Longa Espera: um desafio para crianças e jovens com deficiência no SUS;

28/10/2025 - Outubro Verde - Conscientização sobre Paralisia Cerebral e aplicativo Falaê;

18/11/2025 – Por trás do jaleco: o adoecimento silencioso dos que salvam vidas – Saúde mental dos médicos e profissionais da saúde.



03/06/2025 - Cosmam debate inclusão de Libras nos atendimentos médicos da capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (COSMAM) discutiu hoje (03/06) o atendimento médico com intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para pessoas com deficiência auditiva através do Centro de Interpretação de Libras (CIL). A proposta foi feita pelo vereador Hamilton Sossmeier (PODE) e a reunião conduzida pela presidente, Psicóloga Tanise Sabino (MDB). A sessão contou com a presença de representantes da Coordenação de Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano (SMIDH), Secretaria Municipal de Saúde, CIL e Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS), autor do projeto de lei que criou o CIL, afirmou que um dos principais empecilhos para o programa é o tratamento recebido pelos próprios agentes públicos. “O intérprete muitas vezes é barrado dentro dos nossos órgãos municipais, nós precisamos mudar isso”. O vereador também pediu união e apoio de todos para expandir para os dias do final de semana e atendimento 24 horas para o projeto que hoje só funciona durante a semana nos turnos da manhã e da tarde. “Tem que ter um olhar especial



da prefeitura para esse grupo. São mais de 80 mil pessoas surdas que precisam de assistência na capital”, completou.

Alessandra da Rosa Goulart, coordenadora e intérprete da CIL, trouxe dados de atendimento feito pelo CIL. “Foram três mil atendimentos no primeiro ano. Agora, no segundo ano, foram seis mil atendimentos realizados”. Goulart afirmou que um dos principais problemas para o atendimento de surdos na capital é a falta de conhecimento sobre os direitos, seja por parte do paciente ou do médico.

Diego Silva, representante da comunidade surda e um dos idealizadores da CIL, afirmou que muitas crianças surdas com implante de aparelho auditivo acabam não usando o implante pois apresentam maior facilidade de se desenvolver usando Libras e acabam abandonando o aparelho. “É importante que os médicos tenham consciência que existem vários caminhos e que a língua principal da comunidade surda é a Libras e, com a presença do intérprete, ele consegue se desenvolver plenamente”. Além disso, solicitou a ampliação dos horários de atendimento do CIL.

Geórgia Volkmer, da área técnica da Pessoa com Deficiência da Secretaria da Saúde, ressaltou a importância de conscientizar os agentes da saúde. “Muitas pessoas têm o entendimento que o bilhetinho e a mímica servem e que não precisa de nada mais. Alguns pedem por um curso básico de Libras. Eu sempre brinco que isso é a mesma coisa que eu com meu inglês básico tentar me comunicar com um americano.”

Encaminhamentos

Nos encaminhamentos, foi solicitado ao município indicativos dos números de atendimentos presenciais em postos de saúde e hospitais pelo CIL. Também será solicitada à Prefeitura a ampliação dos dias e horários de atendimentos da CIL para abranger os finais de semana. Por último, ficou encaminhado pedido à Mesa Diretora da Câmara a instalação de uma central de interpretação de libras para atender ao plenário.²⁵

²⁵ Texto: Thomas Gregório (estagiário de jornalismo) - Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062)



08/07/2025 - Cosmam debate papel das igrejas evangélicas na saúde em Porto Alegre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta terça-feira (08/07) o papel das igrejas evangélicas na promoção da saúde física, emocional e social na cidade. A reunião foi conduzida pela presidente da Comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB), e foi proposta pelo vereador Hamilton Sossmeier (PODE), que destacou o trabalho das igrejas evangélicas em prol dos mais vulneráveis. “Como vereador e também como pastor, vejo de perto o quanto as igrejas evangélicas têm sido instrumentos de apoio, acolhimento e transformação na vida de milhares de pessoas”, ressaltou.

Chaiana Cunha, representante da Igreja Brasa Church, apresentou os seis projetos sociais mantidos pela entidade, voltados ao suporte evangelístico, espiritual, emocional e socioeducativo. Além disso, reforçou a transformação de vida não só dos atendidos pelas ações, mas pelos voluntários atuantes nos projetos. “A gente é muito abençoado quando levamos o amor de Jesus, não transformamos somente a vida das pessoas que recebem um pouquinho do nosso amor, das nossas doações, ou da nossa ajuda, mas nós, como voluntários, também somos transformados”, afirmou.



Ana Paula Soares da Costa Togni, presidente da Associação Rede Brilhe, compartilhou a trajetória da instituição, iniciada em 2021. “A gente montou uma casa de acolhimento para receber mães solteiras, que não tinham lugar para ir, um lugar seguro e cristão.” Também destacou o trabalho desenvolvido com mães atípicas do município. “80% das nossas mães que estão ali têm filhos atípicos. Ainda que o filho esteja na escola de manhã, não tem quem fique com ele de tarde. Então, a gente recebeu uma mãe com uma criança com paralisia cerebral. E daí, ela trouxe dez amigas, mães de filhos com paralisia cerebral”, relembrou.

O bispo Lúcio Freitas, coordenador do Grupo de Saúde da Igreja Universal, trouxe relatos do trabalho da igreja nos hospitais da Capital. “Esse trabalho vem crescendo dentro dos hospitais. Eu estava sábado no Hospital Fêmina e fui fazer uma visita e a enfermeira me disse que poderia ir de quarto em quarto, fazer uma oração, porque a coisa aqui hoje está difícil”, contou. Além disso, apresentou o projeto “Cuidando dos que Cuidam”, que visa atender os profissionais da área da saúde. “Temos o projeto dentro do grupo ‘Cuidando dos Que Cuidam’, que é tanto cuidando dos membros do grupo, mas também cuidando dos profissionais da saúde”, explicou.

Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde, reforçou o papel fundamental das igrejas como parceiras do poder público. “As ações de educação e saúde, com a igreja, são mais potentes. Essa solidariedade, esse engajamento, essa formação de capital social, esse papel que as igrejas têm, que vocês, líderes religiosos, independente da linha, são determinantes”, salientou. Por fim, defendeu o fortalecimento da cooperação entre o setor público e as instituições religiosas. “Espero que a gente possa estreitar mais os laços, respeitar os desejos das pessoas, dizer e aceitar que a fé, o cuidado e a saúde, podem juntas provocar mudanças e essas mudanças são necessárias”, finalizou.²⁶

²⁶ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062)

12/08/2025 - Cosmam debate espera de crianças e jovens com deficiência na fila do SUS



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu hoje (12/8) o tempo de espera que crianças e jovens com deficiência precisam enfrentar na fila do SUS na busca por atendimento. A proposta foi do vereador Hamilton Sossmeier (PODE) e a reunião foi conduzida pela presidente da comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB).

Sossmeier ressaltou a importância da urgência do atendimento para o futuro destes jovens: “A espera por uma cirurgia já é difícil, mas em crianças é um desafio extra que pode atrapalhar seu desenvolvimento e seu futuro. São meses e anos que elas ficam na fila esperando por uma cirurgia.” O proponente destacou que o foco está em como solucionar problemas: “Estamos aqui para somar forças e debater como diminuir a fila que esses jovens estão tendo que enfrentar”.

José Ronaldo Leite Silva, presidente do Educandário São João Batista, informou que somente nos primeiros sete meses de 2025, mais jovens com deficiência morreram do que a média histórica: “A gente tem uma média histórica de uma ou duas mortes por ano.



Infelizmente já estamos em três em 2025. Temos que entender o que está acontecendo para causar essa alta. Ao longo dos 80 anos da nossa instituição, pouquíssimas vezes vimos isso”.

Carla Neves, coordenadora clínica do Educandário São João Batista, afirmou que o local dá suporte clínico para mais de 150 pessoas e que o principal desafio é a piora do quadro clínico e a demora para conseguir atendimento especializado. “Atendemos 160 crianças, de recém nascidos aos 21 anos de idade. O critério de entrada na clínica é a deficiência física. Diante da deficiência motora que essas crianças enfrentam, muitas acabam desenvolvendo um quadro pior e a necessidade de cirurgia, mas antes de ir para a fila cirúrgica elas precisam passar por uma consulta de especialista. Então é mais uma etapa burocrática que atrapalha a vida dessas crianças.”

Nelson Khalil, do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiências, abordou a falta de fraldas, equipamentos e cuidados necessários para uma vida digna. “Diminuíram a quantidade de fraldas repassadas para pessoas com deficiências e já presenciamos mortes causadas por feridas que poderiam ser evitadas com o uso de fraldas”. Ele ainda contou sobre a sua experiência com a dificuldade de locomoção e os impactos que isto teve na sua saúde mental: “Nós temos muita dificuldade para nos deslocarmos pela cidade. Eu tenho um coração transplantado, mas o momento que eu cheguei mais perto da morte foi quando tive depressão por não poder me locomover. Eu não sou o único. Centenas de pessoas na cidade sofrem diariamente porque não conseguem se deslocar por conta própria”. Khalil ainda comentou que a maneira mais eficaz de conseguir o tratamento adequado é através da judicialização, mas as pessoas mais vulneráveis socialmente têm dificuldades para recorrer a este meio.

Joyce Beatriz Rodrigues, mãe de um garoto com deficiência, expôs que só conseguiu tratamento para seu filho após judicializar a situação e que se dependesse da vontade dos órgãos de saúde, ele ainda estaria em estado vegetativo. “Há dez anos, um erro médico transformou meu filho numa pessoa com deficiência. O que eu faço desde então? Eu não espero. Eu processo o município, o estado e a União. Se não tivesse feito isso, eu jamais teria conseguido fazer ele sair do estado vegetativo que estava. Fiz tudo isso porque o Estado demora demais enquanto meu filho, e o de outras pessoas, sofrem”, disse.

Fernando Ritter, secretário de Saúde de Porto Alegre, afirmou que o principal problema enfrentado pela saúde na cidade é financeiro, porque não há recursos suficientes para atender a todos. Ele defende que a cidade gasta muito acima do mínimo constitucional, mas que ainda não é o suficiente: “A Constituição obriga uma cidade a gastar no mínimo 15% de seu orçamento em saúde. Em Porto Alegre, se eu não gastar 23% do orçamento em saúde eu não mantenho o que temos hoje em dia, muito menos melhorar.”



O secretário também criticou o governo estadual: “Os estados são obrigados a gastar 12% do orçamento na saúde. Sabe quantos governadores do Rio Grande fizeram isso desde a nova Constituição? Zero. O gaúcho está tendo sua saúde mandada para outras áreas, enquanto as cidades tentam se virar com o que têm em mão”, destacou. Ritter disse ainda que o problema de saúde pública da cidade se agravou muito durante a pandemia, pois os recursos tiveram que ser emergencialmente alocados para salvar o máximo de vidas ameaçadas pela Covid-19. “Hoje temos 160 mil pessoas na fila por consultas especializadas em Porto Alegre. É muita gente. Vocês podem ver pelo gráfico projetado que esse número disparou na pandemia. Não foi por falta de políticas públicas, foi porque a cidade não tinha dinheiro. O dinheiro foi pra tentar salvar a vida das pessoas com Covid.”²⁷

²⁷ Texto: Thomas Gregório (estagiário de Jornalismo) - Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



28/10/2025 - Cosmam aborda conscientização sobre a paralisia cerebral



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu nesta terça-feira (28/10) para falar sobre o Outubro Verde, mês de conscientização sobre a paralisia cerebral, e o aplicativo Falaê. A presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), abriu a reunião agradecendo a proposição do vereador Hamilton Sossmeier (PODE). “Sendo psicóloga, acredito profundamente que falar sobre paralisia cerebral é falar sobre direitos, inclusão, acolhimento e dignidade. A paralisia não define uma pessoa, é apenas uma parte da sua história”, declarou. A vereadora seguiu sua fala citando o aplicativo Falaê, uma ferramenta que utiliza a tecnologia para ampliar autonomia e comunicação das pessoas com deficiência. “O Falaê é um exemplo concreto de como a inovação pode estar a serviço da inclusão”.

O vereador Hamilton Sossmeier saudou a todos os presentes e agradeceu principalmente ao Educandário São João Batista, parceiro na proposição do tema. O vereador informou que a paralisia cerebral é a deficiência mais comum na infância e que no Brasil estima-se que cerca de 30 mil crianças nasçam com esse diagnóstico todos os anos. “Hoje queremos sensibilizar e informar sobre essa condição, mas também debater ações concretas de prevenção durante a gestação, de acolhimento nas maternidades e de continuidade do



atendimento especializado, que precisa acompanhar as pessoas desde a infância até a vida adulta”, disse.

A psicóloga e coordenadora da clínica do Educandário São João Batista, Carla de Souza Neves, apresentou as ações desempenhadas pela instituição, destacando a realização de cerca de mil atendimentos mensais, contando com fisioterapia, fonoaudiologia, salas individualizadas em que a família participa, entre outras assistências. E seguiu divulgando a iniciativa do aplicativo Falaê, um recurso que foi idealizado pelo setor de fonoaudiologia do Educandário, em parceria com a HP do Brasil, desenvolvedora do aplicativo. “Ele é acessível para qualquer pessoa que necessite, a nossa ideia é que isso seja ampliado para outros espaços como postos de saúde e hospital, para que ele também seja um recurso facilitador da comunicação em outros ambientes”, afirmou.

A fisioterapeuta do Educandário São João Batista, Maria Isabel da Rosa, compartilhou informações técnicas sobre a paralisia cerebral. “A paralisia cerebral é uma desordem que acontece no cérebro ainda no primeiro momento, seja ele de formação ou ainda intra útero, ou nos primeiros dois anos de vida. É uma lesão que é permanente, mas não progressiva. Contudo, toda essa lesão vai gerar outras características ao longo da vida, como a epilepsia, alterações de fala, de deglutição e alterações cognitivas”, informou, ressaltando a necessidade do acompanhamento em todas as fases da vida.

O presidente do Conselho Estadual dos Diretos das Pessoas com Deficiência, Nelson Kalil, evidenciou o trabalho das instituições que atuam de forma ativa nos cuidados relacionados às pessoas com deficiência e destacou a falta de apoio e da atenção devida do poder público. “Somos um quarto da população desta Capital, e merecemos uma secretaria. É uma secretaria que depende de poucos recursos, para mostrar que a pauta é importante”, apontou, reivindicando uma atenção especial a causa.

A dirigente do Núcleo de Pessoas com Deficiência da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Bibiana Verissimo, relatou as ações e oficinas criadas pelo núcleo, destacando a oficina das famílias atípicas, visando promover o cuidado com quem cuida. Bibiana ressaltou a necessidade de um olhar mais atento às pessoas com deficiência na maturidade. “As crianças vão envelhecer, e elas precisam envelhecer com essa diminuição de barreiras”, ponderou. Ela fez o pedido para que haja a revisão da lei 12.944/2021 que interfere no passe livre de pessoas com deficiência, solicitando uma flexibilização nas exigências desta lei.

O diretor da Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão Social, William Tempel, falou sobre a dificuldade na conscientização da importância da pauta. Ele apontou perdas significativas com a extinção da secretaria, mas também alguns ganhos, como o transporte



para pessoas com deficiência. “Houve perdas e ganhos, mas considero que a criação de uma secretaria dá uma potência maior em termos de investimento, para pensarmos em novas políticas”, declarou.

Encaminhamentos

O vereador proponente destacou a capacitação do aplicativo Falaê e o encaminhamento de políticas públicas para viabilizar o diagnóstico de paralisia cerebral. Os demais encaminhamentos registrados foram referentes às solicitações feitas durante a reunião.²⁸

²⁸ Texto: Thaís Bayer (estagiária de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)



18/11/2025 - Cosmam aborda saúde mental de médicos e profissionais de saúde



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) realizou reunião, na manhã desta terça-feira (18/11), que tratou sobre a saúde mental de médicos e profissionais de saúde. A presidente da Comissão, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB), abriu os trabalhos e elogiou a proposição da pauta, do vereador Hamilton Sossmeier (PODE). O proponente destacou que os profissionais da saúde, por vezes, têm um adoecimento silencioso, que muitos deles estão exaustos e com condições precárias de trabalho. “51% dos médicos da região sul já receberam um diagnóstico de saúde mental”, apontou. O vereador salientou que tal cenário foi agravado pelas crises recentes da pandemia de Covid-19 e a enchente de 2024, que sobrecarregaram ainda mais o sistema de saúde e esses profissionais. “Não estamos falando apenas de profissionais, estamos falando de pessoas, de famílias, de cidadãos”, complementou.

A diretora da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Aline Medeiros, contou que o município disponibiliza o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e frisou a importância de dar visibilidade a este trabalho. O Cerest é um serviço oferecido pelo SUS, com equipe multidisciplinar, que atua na Visat (Vigilância em Saúde do Trabalhador), e o encaminhamento é feito pelas unidades de saúde.

Deise Nunes, psicóloga do Cerest, explicou que fazem inspeções em empresas, atendimentos em ambulatório, e reabilitação de trabalhadores. “A gente não atende só profissionais da saúde, a gente atende todos os profissionais do município e também os aposentados”, esclareceu. De acordo com ela, em 2024, foram 53 notificações de transtornos



relacionados a saúde mental dos profissionais de saúde, sendo os técnicos de enfermagem a categoria que lidera. Em sua visão, o número é muito maior: “a subnotificação é muito alta, devido ao desconhecimento dos profissionais de saúde sobre a política de saúde do trabalho e a importância das notificações”, apontou.

A psiquiatra e conselheira do Conselho Regional de Medicina (Cremers), Silzá Tramontina, salientou que este é um tema de preocupação para o Cremers, inclusive com os casos de suicídio entre os médicos. “No Covid, a gente viu muito adoecimento (mental) dos médicos, pela necessidade de tomar decisões (difíceis); em certos momentos, precisaram decidir quem iria para o respirador”, lembrou. Segundo ela, além da sobrecarga de trabalho, “o médico tem uma questão que ele não pode adoecer”. Silzá trouxe dados que apontam que cerca de metade dos médicos tem ou já tiveram algum diagnóstico de depressão, ansiedade e, em alguns casos, até burnout. “O diagnóstico de transtornos mentais não é feito nem na população, muito menos nos médicos”, constatou. Criticou também a questão da terceirização na área da saúde, que além de prejudicar a qualidade do serviço, gera estresse nos profissionais, falta de pagamento e precariedade nas condições de trabalho.

A coordenadora do Núcleo de Psiquiatria do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Liliane Dias de Lima, elencou alguns pontos para o adoecimento mental dos médicos, tais como a carga horária excessiva de trabalho, a falta de direitos trabalhistas, remuneração menor, e a alta responsabilidade que envolve a atividade médica. “Os médicos hoje tem uma prevalência de adoecimento mental duas a três vezes mais que a população em geral. Então, eles têm mais burnout, mais depressão, mais ansiedade, e isso acarreta uma piora na qualidade de vida”, observou. Ela disse que o Simers oferece apoio psiquiátrico aos médicos sindicalizados e falou da necessidade de priorizar a saúde mental de quem atua na linha de frente da saúde. “Nós, médicos, estamos adoecidos; se nós não nos reunirmos, juntarmos forças, nós teremos uma população cada vez mais adoecida”, pontuou.²⁹

²⁹ Texto: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

06/03/2025 - Cosmam debate a transferência do serviço de ginecologia do Hospital Conceição



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu nesta quinta-feira (06/03) a transferência do serviço de Ginecologia do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), que passará para o Hospital Fêmeina, no Bairro Rio Branco, em Porto Alegre. A reunião foi conduzida pela presidente da Comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB), e foi proposta pela vereadora Fernanda Barth (PL).

A proponente da pauta ressaltou a importância do debate para esclarecer todas as questões e desafios que envolvem a mudança dos atendimentos no hospital. “É uma grande preocupação externada no dia em que foi trazida essa pauta de não deixar a comunidade da zona norte desassistida, de respeitar as questões dos residentes que haviam se colocado para fazer uma residência em determinado hospital e serem obrigados a trocar”, pontuou.

O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias, questionou as consequências do encerramento do serviço. “Temos que entender que há um conjunto de questões interligadas, que fazem com que o Hospital Conceição por si só não seja apenas um hospital do município de Porto Alegre. Ele pega não só as cidades próximas, mas é a principal referência para o Estado inteiro”, apontou. Além disso, destacou o possível fechamento do Hospital Fêmeina e o impacto na saúde da população da zona norte. “Existe um projeto de fechamento do Hospital Fêmeina, pois não teria condições de ser mantido em funcionamento e a ideia seria o fechamento e, num futuro próximo, a abertura de outro hospital. Portanto, estamos levando o serviço de um hospital para outro que será fechado”, afirmou.



A representante do Conselho Regional de Medicina (Cremers), Laís Leboutte, reforçou as preocupações da entidade com a eficiência do serviço e as condições dos profissionais e residentes da área. “No ponto de vista institucional, o Conselho Regional de Medicina tem uma visão e uma preocupação no mesmo sentido do Sindicato, porém mais ampla. Nos preocupam as condições de atendimento da população, as condições de trabalho e as condições de ensino dos residentes”, salientou.

O diretor de Atenção à Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Luis Antônio Benvegnú, argumentou sobre a ampliação dos serviços do hospital com o intuito de unificar o atendimento voltado à saúde da mulher. “Hoje atendemos muito mais do que atendíamos antes, em uma instalação muito melhor e agora vamos começar a oferecer radioterapia. Foi muito pensado, com a ida do serviço de oncologia para o Conceição sobraram leitos, a lógica é unificar o atendimento à mulher”, contou. Também ressaltou que, com a mudança, “a gente garante que o mesmo número de atendimentos vai continuar acontecendo, além de liberar espaço no Conceição para 700 consultas por mês e 115 novas cirurgias”.

A gerente de internação do GHC, Niva Martinez, assegurou as melhorias e reformas feitas no hospital para comportar os atendimentos e as respectivas equipes do Hospital Conceição. “A gente se preocupou com a estrutura física, com a integração das equipes e com a locação dos espaços. Nós passamos por duas reformas, a reforma do bloco cirúrgico, uma reforma de melhoria de ambiência e investimento em equipamentos, além de uma quinta sala que estará pronta até o final do ano. Fizemos reforma na emergência, melhoramos a qualidade, ampliamos o número de leitos e criamos uma sala de atendimentos”, explicou.

O secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, reafirmou o compromisso do Executivo em todo o processo, bem como a continuação da fiscalização para garantir o atendimento de qualidade para a população. “A Secretaria está fiscalizando e acompanhando esse processo desde o início, tínhamos dúvidas em questões de obras e execuções”, disse. Por fim, exaltou os benefícios da mudança para a saúde municipal. “Entendemos que essas 700 novas consultas, bem como as mais de 100 cirurgias, vão fazer diferença nesse processo”, finalizou.

Nos encaminhamentos, ficou estabelecido um pedido de informação para a Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, um relatório trimestral de acompanhamento da transição dos atendimentos do Hospital Conceição para o Hospital Fêmina e uma visita da Cosmam ao hospital para conhecer o processo da mudança.³⁰

³⁰ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) - Edição: Andressa de Bem e Canto (reg. prof. 20625)

13/03/2025 - RELATÓRIO DE VISITA AO PARQUE FARROUPILHA



No dia 13/03/2025, foi realizada uma visita ao Parque Farroupilha, com início às dez horas e dez minutos e término às onze horas. Estiveram presentes a Presidente da COSMAM, Vereadora Psicóloga Tanise Sabino, as Vereadoras Cláudia Araújo e Hamilton Sossmeier, o Prefeito da Praça, Sr. Jakubasko, o Subprefeito Patrick, além de um representante da empresa Igapó, responsável pelas composteiras do parque.

O objetivo da visita foi identificar e elencar os pontos críticos do Parque Farroupilha, visando futuras medidas de manutenção e melhorias. O Prefeito do Parque, Sr. Jakubasko, destacou a necessidade de maior cuidado com a vegetação existente na Avenida João Pessoa, uma vez que, durante as manutenções, as roçadeiras atingem a base das árvores, causando danos estruturais. Também foi relatado que as barracas instaladas aos finais de semana são amarradas à vegetação, gerando ferimentos em suas estruturas. Diante disso, solicitou-se uma fiscalização mais efetiva para evitar tais problemas.

Outros problemas apontados incluíram a falta de iluminação no banheiro do parque, que se encontra sem luz há aproximadamente três anos, tornando o local vulnerável e de risco. Foi registrado também o grande acúmulo de sujeira, especialmente na região próxima à Rua Engenheiro Luiz Englert, e a ausência de zeladoria no parque. Ademais, destacou-se que a



área próxima ao cachorródromo tem sido um ponto frequente de assaltos, possivelmente devido à proximidade com o viaduto.

Restou acordado que o Sr Jakubasko irá encaminhar à COSMAM um ofício com seus requerimentos, o qual será analisado pelos membros da comissão a possibilidade da elaboração de um indicativo de lei.



20/03/2025 - RELATÓRIO DE VISITA UPA MOACYR SCLIAR

Unidade de Saúde Gerenciada pelo Grupo Hospitalar Conceição



No dia 20/03/2025 uma comitiva da Comissão de Saúde e Meio ambiente esteve na UPA Moacyr Scliar para verificar as reais condições de atendimento. Na ocasião estiveram presentes os vereadores: Tanise Sabino, Cláudia Araújo e Gilvani o Gringo.

1. Capacidade e Ocupação

- Capacidade oficial da unidade: 17 pacientes.
- Ocupação na semana anterior: 60 internos.
- Ocupação no dia da visita: 69 pacientes.

2. Perfil dos Pacientes

- 90% dos pacientes atendidos são residentes de Porto Alegre.
- 15% são provenientes da região metropolitana, conforme comprovação pelo Cartão SUS.
- Vans de cidades do interior frequentemente deixam pacientes na porta da UPA, pois a entrada na rede SUS ocorre exclusivamente por meio dessas unidades.

3. Condições de Atendimento



- As salas de atendimento estavam lotadas, com mais de 20 pessoas presentes, incluindo casos suspeitos de dengue.
- Equipe médica no momento da visita:
 - o 1 médico atendendo pacientes classificados como amarelo e laranja.
 - o 5 médicos atendendo os pacientes internados.
- 09 pacientes internados no corredor, sendo atendidos pelo médico que deveria estar no consultório.

4. Sala de Urgência

- Capacidade oficial: 03 pacientes.
- Ocupação no dia da visita: 08 pacientes.
- Pacientes aguardam transferência para hospitais da rede.
- A sala de isolamento está superlotada, com 03 pacientes internos.

5. Restrição do Acesso pelo SAMU

- Quando o acesso do SAMU é restringido, os pacientes são redistribuídos para outras unidades de pronto atendimento (PA).
- Essa restrição ocorre para casos de alta complexidade e, geralmente, dura cerca de 6 horas.

A visita permitiu constatar a sobrecarga da unidade, tanto em relação à capacidade estrutural quanto ao quantitativo de profissionais em atendimento. A superlotação, a transferência de pacientes do interior sem referenciamento adequado e a necessidade de restrições temporárias de atendimento do SAMU são questões que impactam diretamente na qualidade do serviço prestado à população.

Sugere-se que medidas sejam avaliadas para melhorar a gestão do fluxo de pacientes e garantir condições mais adequadas de atendimento.



27/03/2025 - Relatório da reunião com o secretário Fernando Ritter

Na reunião realizada no dia 27/03/2025, estiveram presentes os vereadores Atena Roveda e Aldacir Oliboni, além de representantes da Secretaria, incluindo a diretora Vânia, Viviane Goulart, Carolina (diretora de comunicação) e Everton. O Secretário, inicialmente esperado, foi chamado para uma reunião urgente sobre os atendimentos na cidade de Porto Alegre.

A vereadora Atena Roveda, proponente da pauta, iniciou a discussão lendo o documento entregue à Secretaria, destacando a importância de uma proposta de ações efetivas de prevenção e de uma ampla campanha de comunicação sobre o tema, ainda no primeiro semestre de 2025. Atena ressaltou que, caso não haja uma campanha oficial por parte da Secretaria, seu gabinete organizará uma campanha autônoma, buscando recursos para viabilizá-la.

Viviane Goulart informou que a Secretaria buscará recursos federais para apoiar a campanha. O vereador Aldacir Oliboni manifestou apoio à causa e mencionou que já destinou emenda parlamentar para a instituição GAPA.

A diretora Vânia reconheceu que a Secretaria pode não ter atuado com a velocidade que o tema exige, mas enfatizou os avanços já alcançados, como a descentralização do teste rápido e a implementação da PrEP. Ela afirmou que a Secretaria tem condições de realizar uma campanha eficaz.

A diretora Daila apresentou dois desafios específicos de Porto Alegre em relação à saúde pública: a transmissão vertical da doença e a dispersão do vírus entre a população, diferentemente do restante do país, onde há públicos mais centralizados vivendo com o vírus. No entanto, destacou que a cidade vem evoluindo no enfrentamento desses problemas, apresentando dados estatísticos sobre essa evolução.

Carolina, da equipe de Comunicação, propôs a realização de uma reunião com a vereadora Atena para elaborar estudos focados na campanha.

Durante o encontro, a Secretaria também apresentou um dashboard que permite acompanhar em tempo real a evolução dos leitos em Porto Alegre, incluindo informações sobre a origem dos pacientes internados e as principais causas de atendimento. Foi solicitada uma pauta para uma apresentação detalhada dessa ferramenta em um momento futuro.



O encontro reforçou a necessidade de uma campanha de prevenção eficaz e de um esforço conjunto entre a Secretaria, os vereadores e demais envolvidos para garantir a conscientização da população sobre o tema.

28/03/2025 - Cosmam visita UPA Bom Jesus



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre esteve na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Bom Jesus na manhã desta sexta-feira (28/3). Participaram da visita a presidente da comissão, Psicóloga Tanise Sabino (MDB), e os vereadores Aldacir Oliboni (PT), Cláudia Araújo (PSD) e Gilvani o Gringo (Republicanos).

Os parlamentares abordaram os relatos de demora nos atendimentos e denúncias de falta de leitos na unidade. “Chegaram relatos para nós de questões relativas ao serviço e à fila de espera e queixas do atendimento. Nosso propósito aqui é estar ao lado do paciente, poder buscar soluções e ajudar”, afirmou a presidente.

A vereadora Cláudia Araújo questionou a situação das obras na unidade médica, que estão paralisadas desde outubro. “Se a gente conseguir dar continuidade para essa ampliação, para essa reforma que estava acordada e alinhada para fazer, a gente vai conseguir ampliar e melhorar o atendimento. Por que está parado? Eu acho que esse é o primeiro passo. Por que desde outubro a obra não anda? Por que está estagnada?”, apontou.

Aldacir Oliboni destacou a dificuldade de encontrar leitos de internação, bem como a situação dos pacientes que são realocados para os corredores do Pronto Atendimento. “As pessoas ficam aguardando aqui de um dia para o outro. Mais do que isso, as pessoas que precisam de um leito ficam aguardando aqui dez dias, oito dias, na média é seis dias, não tem como. Aqui não é um hospital, que tem condições de ter ressuscitação do paciente”, salientou o parlamentar.



O vereador Gilvani o Gringo cobrou comprometimento da esfera pública no trabalho de diminuir as filas de espera e na melhora dos atendimentos. “O governo tem que ter a responsabilidade de tomar atitude e mudar isso aqui. O recurso é do povo e tem que nascer uma mudança efetiva de verdade”, exigiu.

Superlotação

Eduardo Neubarth Trindade, presidente do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), enfatizou a importância de olhar também para as condições de trabalho do profissional de saúde nas unidades com superlotação. “Para fazer uma medicina de qualidade, a pessoa tem que ter condições. E como se faz isso? Organizando os fluxos para que o paciente não fique sete dias internado em uma UPA, porque isso transforma a unidade em um hospital. Isso aqui não é um hospital, este paciente tem que ter leito e a unidade fazer a sua função de UPA”, frisou.

Alexandre Amorim, coordenador médico da UPA Bom Jesus, explicou como a superlotação das unidades interfere no trabalho médico e na eficácia do atendimento. “A gente também tem que cuidar do trabalho médico e da dignidade desse trabalho, e vai ficando difícil fazer isso se a gente tem uma situação em que os colegas atendem muitas vezes num plantão de 70 pacientes em que eles estão com 20 pacientes sem leitos, em que eles estão se ‘virando em mil’ e muitas vezes há ataques ao trabalho do profissional médico sem a compreensão de que não é por falta de trabalho médico que o paciente está lá na frente esperando muito tempo, e sim pelo tensionamento do próprio sistema”, destacou.

Nos encaminhamentos, ficou estabelecido o envio de um pedido de informação em relação às obras paralisadas e de um relatório com os fluxos diários da unidade. Além disso, ficou acordado o envio de um parecer com as atividades programadas para o próximo mês no pronto atendimento.³¹

³¹ Texto: Laura Paim (estagiária de Jornalismo) Edição: João Flores da Cunha (reg. prof. 18241)



03/04/2025 - Instituto de Cardiologia



Após a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) realizada no dia 11/03 deste ano, que tratou da situação administrativa e financeira do Instituto de Cardiologia, os vereadores integrantes da Comissão realizaram uma visita técnica ao hospital para verificar in loco as condições da instituição e o andamento das ações previstas no plano de recuperação judicial da Fundação Universitária de Cardiologia (FUC).

O objetivo foi observar diretamente a estrutura do Instituto, o funcionamento dos serviços, as necessidades apontadas pela direção e os reflexos das medidas adotadas desde a homologação da recuperação judicial.

Durante a agenda, os parlamentares foram recebidos pela direção da instituição, que apresentou informações atualizadas sobre o hospital, incluindo capacidade de atendimento, demandas assistenciais, manutenção de equipamentos e impactos das mudanças financeiras implementadas nos últimos meses. A equipe também detalhou o esforço contínuo para garantir estabilidade e qualidade nos serviços prestados à população.

A COSMAM avalia que a visita foi fundamental para complementar os dados expostos na reunião anterior, reforçando a importância da atuação conjunta entre Legislativo, Executivo e direção do Instituto de Cardiologia para assegurar a continuidade de um serviço essencial para Porto Alegre e para todo o Rio Grande do Sul.



A Comissão seguirá acompanhando de perto a situação da instituição e se mantém à disposição para contribuir com encaminhamentos e fiscalizações necessárias à preservação do atendimento de alta complexidade que o Instituto oferece há décadas.

08/05/2025 - Visita ao CERTA



Em mais uma iniciativa voltada ao fortalecimento da saúde pública, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (Cosmam) e o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers) realizaram, nesta quinta-feira (08), uma visita técnica ao Centro de Referência do Transtorno do Espectro Autista (Certa). Participaram da agenda a vereadora e presidente da Cosman, Tanise Sabino, o vereador Aldacir Oliboni, o presidente do Cremers, Eduardo Neubarth Trindade, e o conselheiro Luciano Haas, que coordena o Departamento de Fiscalização (Defis). O grupo conheceu a estrutura do Certa e ouviu a apresentação dos planos de expansão do serviço. Durante o encontro, o coordenador do comitê gestor do Certa, médico psiquiatra Alceu Gomes, destacou que o centro é pioneiro no atendimento especializado a pessoas com autismo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre. O espaço oferece diagnóstico, acompanhamento terapêutico e suporte às famílias. Atualmente, são atendidas 272 crianças de zero a 12 anos, com mais de 26 mil atendimentos registrados apenas em 2024.



Dr. Alceu Gomes falou sobre a equipe do CERTA: “Hoje temos dois servidores públicos de carreira e 47 profissionais parceirizados (Hospital Vila Nova). Estamos aguardando o aditivo para a contratação de mais cinco psicólogos, três Terapeutas Ocupacionais (TO), três fonos e três nutricionistas. Quanto ao aditivo, este já foi aprovado pela SMS, mas estamos aguardando a SMED. No aditivo estamos solicitando também a ampliação do horário para às 21h, pois atualmente o centro funciona até às 19h”.

A Vereadora Psicóloga Tanise Sabino destacou a importância do serviço: “O Certa é uma referência fundamental para as famílias que convivem com o autismo. Precisamos garantir que mais pessoas tenham acesso a esse cuidado especializado e humanizado. O poder público deve assumir essa responsabilidade, com investimentos que fortaleçam a estrutura e a equipe multiprofissional.”

O presidente Trindade ressaltou o apoio do Cremers à proposta de ampliação do serviço, por meio de aditivos que permitam o aumento da carga horária, da equipe multidisciplinar, da estrutura física e da inclusão de residência médica em psiquiatria. “O atendimento prestado é de excelência, mas a fila de espera cresce a cada dia. Já são cerca de 2.700 pessoas aguardando, entre adultos e crianças. É urgente dar resposta a essa demanda”, afirmou.

A expectativa agora é mobilizar a Prefeitura de Porto Alegre e o Governo do Estado para viabilizar as melhorias necessárias e garantir maior acesso ao tratamento especializado.



12/06/2025 - Visita técnica ao Postão do IAPI



Dando continuidade ao calendário de fiscalizações da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM), a vereadora psicóloga Tanise Sabino, presidente da comissão, realizou na manhã do dia 12 de junho uma vistoria técnica ao Pronto Atendimento do IAPI, na zona norte de Porto Alegre, conhecido popularmente como Postão do IAPI. A ação contou com a presença do novo presidente do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), Dr. Régis Angnes, que assumiu o cargo neste mês, e da segunda-secretária do Cremers, Dra. Laís Del Pino Leboutte. A vereadora Cláudia Araújo, integrante da Cosmam, também participou da visita, e também a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Durante a vistoria, a comitiva percorreu as dependências da unidade e ouviu os relatos da equipe gestora e dos profissionais de saúde que atuam no local. Entre os temas abordados, destacaram-se os desafios relacionados à estrutura física, à organização do fluxo de atendimento, a demora para conseguir atendimento na área da saúde mental e à sobrecarga das equipes.



“Como presidente da COSMAM, temos buscado garantir que a fiscalização seja um instrumento técnico, colaborativo e contínuo. A presença do novo presidente do Cremers nesta agenda reafirma nosso compromisso com a escuta ativa, a valorização dos profissionais e a busca de soluções concretas. Nosso papel é garantir que a saúde pública funcione com dignidade e cuidado humano”, destacou a vereadora Tanise Sabino.

O novo presidente do Cremers, Dr. Régis Angnes, ressaltou a importância da aproximação entre o Conselho e o Poder Legislativo: “Essa parceria com a Câmara de Vereadores, por meio da COSMAM, é essencial para que possamos construir um sistema de saúde mais eficiente e respeitoso com os profissionais e os usuários. A fiscalização conjunta amplia nosso olhar e fortalece as estratégias de melhoria”.

A proposta das vistorias conjuntas é sistematizar o acompanhamento das unidades de saúde da capital, articulando o olhar técnico do Cremers com a atuação fiscalizadora da Câmara Municipal. As agendas têm gerado encaminhamentos concretos para o poder público, com foco em melhorar as condições de atendimento e de trabalho nas unidades do SUS em Porto Alegre.



Considerações Finais

O ano de 2025 foi marcado por um trabalho intenso e diversificado na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. A COSMAM se consolidou como uma comissão plural, reunindo debates sobre múltiplas áreas que impactam diretamente a vida da população de Porto Alegre. A variedade de pautas discutidas ao longo do ano demonstra a amplitude das responsabilidades desta Comissão, que envolvem desde a estruturação da rede de saúde até questões ambientais, vigilância epidemiológica, saúde mental, políticas de inclusão, atenção primária e condições de trabalho dos profissionais do SUS.

Cabe registrar que a ausência de transmissões ao vivo das reuniões da COSMAM, a partir deste ano, é profundamente lamentável, pois representa a perda de uma ferramenta importante de transparência e aproximação com a comunidade. As transmissões permitiam que a população acompanhasse o trabalho da Comissão de forma mais ampla e acessível, fortalecendo o controle social e a participação cidadã, valores essenciais em temas tão sensíveis quanto saúde e meio ambiente.

Embora as enchentes tenham ocorrido em 2024, seus efeitos permaneceram presentes em algumas das discussões de 2025. Isso porque, como amplamente reconhecido, os impactos, inclusive emocionais, podem se manifestar até um ano após o evento. Por essa razão, temas relacionados à reconstrução das unidades atingidas, às repercussões na saúde coletiva e ao acompanhamento de pessoas diretamente afetadas seguiram sendo pautas relevantes, e provavelmente ainda permanecerão em discussão nos próximos anos.

Este também foi um ano propositivo. Realizamos visitas técnicas para verificar, *in loco*, a realidade enfrentada pela rede municipal de saúde, especialmente diante do aumento das reclamações referentes ao atendimento. Destacam-se as visitas realizadas em parceria com o Conselho Regional de Medicina — CREMERS, que contribuíram para uma análise mais precisa das demandas apresentadas pelos usuários e profissionais, permitindo fiscalizações mais qualificadas e encaminhamentos mais assertivos.

Não podemos deixar de registrar nosso agradecimento ao Poder Executivo, que, sempre que possível, esteve presente nas reuniões, mantendo um diálogo propositivo, aberto e voltado à melhoria contínua das políticas públicas de saúde e meio ambiente. Essa colaboração institucional foi fundamental para o andamento das discussões e para o acompanhamento das ações desenvolvidas ao longo do ano.



Assim, agradecemos o empenho e a parceria de todos os vereadores componentes desta Comissão, bem como de suas assessorias, que contribuíram para o bom funcionamento da COSMAM e demonstraram disposição em buscar soluções para os desafios apresentados ao longo de 2025.

Um agradecimento especial à assessoria técnica, Joselaine, e ao secretários da COSMAM, Denise e Matheus, cuja dedicação, organização e profissionalismo seguem sendo fundamentais para a condução exemplar dos trabalhos desta Comissão.

Desejamos a Presidente que assume em 2026, vereadora Cláudia Araújo, pleno êxito na condução desta Comissão tão relevante para o Legislativo Municipal, colocando-me à disposição para colaborar no que for necessário, especialmente no processo de transição.

